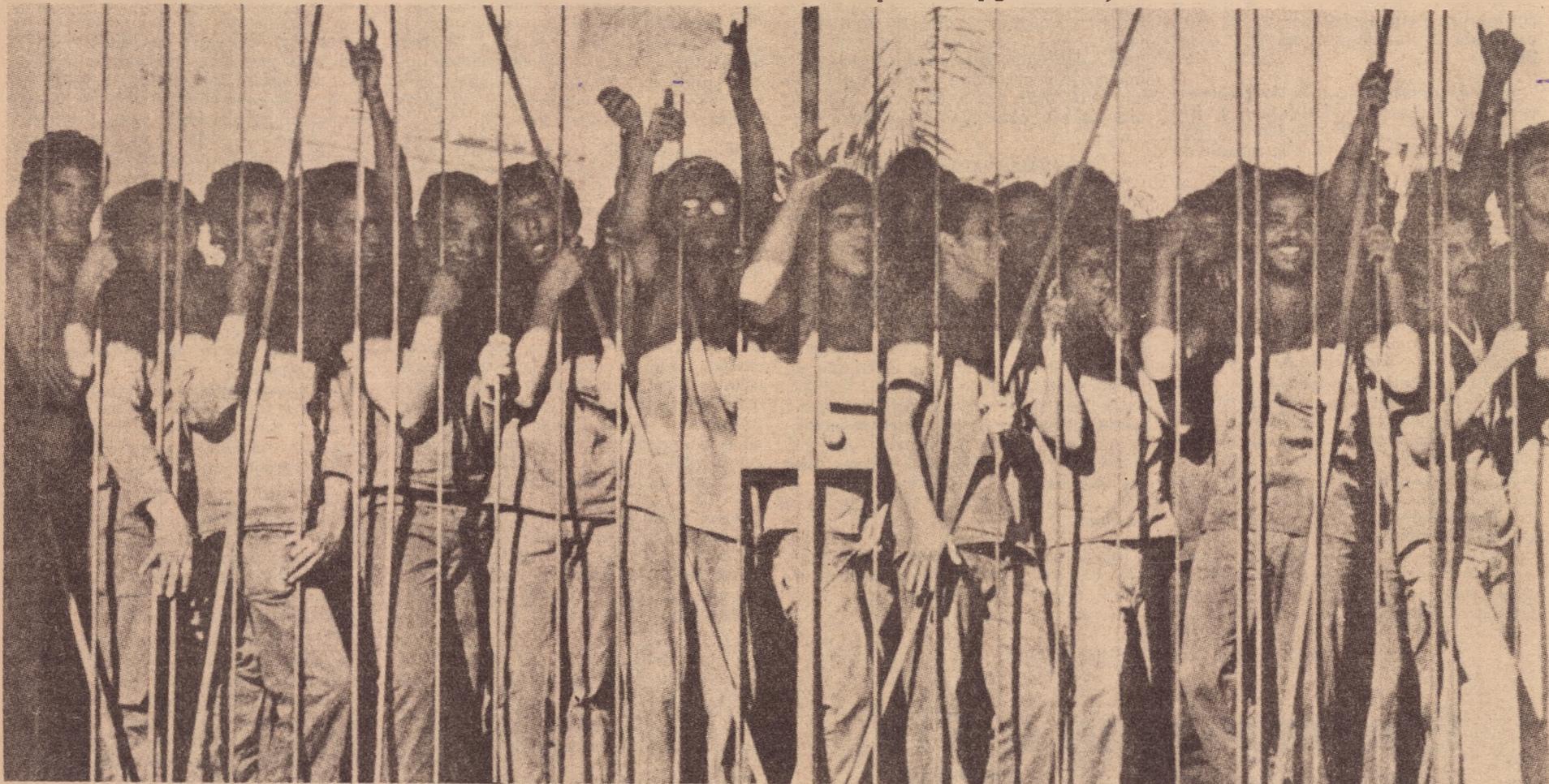


Malvinas OS TRABALHADORES E A INVASÃO IMPERIALISTA

A Inglaterra avança a sua mão de ferro, as negociações entram em colapso, crescem as ameaças da generalização da guerra. Alarga-se o fosso entre o imperialismo e seus agentes na Argentina. Aqui, as implicações da visita de Figueiredo a Reagan, a crescente instabilidade da Junta argentina e os desafios colocados para os trabalhadores da América Latina. (Págs. 8 e 9)

ABC: greve reina nas fábricas

Por alguns dias, os operários tomaram as fábricas, fizeram passeatas, forçaram as aberturas dos portões para o sindicato. Ao final, a vitória sobre os patrões. (pgs. 12 e 13)



Operários da Volks driblando a opressão na fábrica

Isaías Feitosa/JB

II CONCLAT

**Pró-CUT
debate
adiamento**

Cresce o impasse no movimento sindical. Pág. 11

Polônia

**O Solidariidade
vai às ruas**

Conheça o vigoroso processo de reorganização dos operários. Pág. 10

Minas

**A esperança
é o PT**

Tancredo ou Elisau?
Uma opção frustrante.
O PT surge com força.

Pág. 3

Mulheres/RGS

**Criada a
Federação
Fantasma**

O congresso, o clima de festa,
a empulhação. É o HP
em ação. Pág. 15

Agressões a D. Pedro Casaldáliga

Democracia ou banditismo?

Por Roberto Romano (*)

Todos os meios democráticos do país receberam consternados a notícia das agressões mais uma vez sofridas pelo bispo católico, D. Pedro Casaldáliga. Exemplar em sua coragem, aquele prelado tem cumprido seu trabalho pastoral em condições particularmente adversas, sob a ameaça constante dos grandes proprietários, de setores governamentais com eles comprometidos e até de seus pares mais conservadores. Isto se deve, também, à sua honestidade intelectual, em cujo discurso não encontramos universais abstratos como o "Homem", o "Povo", o "Pobre", o "Oprimido", etc. Como se diz na língua popular, D. Casaldáliga costuma, ao contrário da maioria de seus iguais no episcopado, "dar nome aos bois", não poupando este ou aquele, agindo sempre pautado pela convicção de que o movimento de expansão do capitalismo predatório no interior do país é letal tanto para os setores dominados quanto para a Igreja.

Se os dominantes são definidos, encontramos também, na maioria dos documentos

produzidos por D. Pedro, nome e determinações concretas dos dominados. Nunca é a figura nebulosa do "pobre", ou do "oprimido", mas sempre o lavrador X ou Y, residindo em tal lugar, que sofreu uma injustiça bem tipificada. Esta capacidade de localizar os agentes efetivos da luta social tem irritado os integrantes do atual poder e até mesmo certos movimentos oposicionistas, mais prontos a conseguir para si um lugar no esquema atual do que em denunciar os resultados da política de extermínio levada a efeito contra as populações do interior do país.

Os limites da abertura

Mas, para além da prática e das posições teológicas de D. Pedro Casaldáliga, o fato de sua recente agressão nos faz pensar sobre os limites da abertura política no Brasil. De fato, enquanto os vários segmentos de opinião dentro da sociedade não tiverem condições e respaldo para agir segundo suas convicções próprias, desde que respeitem as dos outros, não teremos entre nós a tão desejada democracia.

Uma sociedade que não sabe e não consegue



conviver com suas diferenças internas, que não aceita a coexistência de discursos contraditórios, que exige a unificação absoluta e o apagamento de todas as divergências, é essencialmente autoritária, pronta para, a qualquer momento, passar ao totalitarismo. Atos como este, praticados na calada da noite contra um bispo, lembram demasiado os "métodos" de intimidação e extermínio utilizados pelas camisas marrons nazistas, pelas indumentárias negras fascistas, ou vermelhas estalinistas. Entre nós, este procedimento já tem uma certa tradição. O caso mais recente foi o do jurista Dalmo Dallari. Mas tivemos muitos outros semelhantes em passado recente, o que configura um modo de agir avesso à discussão pública, ou à regulamentação das diferenças fora dos tribunais e do Parlamento. Uma sociedade sem leis, diz Claude Lefort, em seu livro sobre o Arquipélago Gulag, é uma sociedade de bandidos. Esperemos que, a partir do apoio que os brasileiros dêem a D. Casaldáliga neste momento, nos vejamos aptos a não aceitar as regras do banditismo, para entrar finalmente na prática de uma democracia efetiva e real.

(*) Roberto Romano é autor do livro *Brasil Igreja contra Estado*

O "socialismo" do PDT

Por Raul Pont

Como um bicho camaleão, o PDT gaúcho se apresenta vermelho no 1º de maio e cor-de-rosa bem desbotado na TV. Para onde vai o trabalho do sr. Leonel Brizola?

Após as promessas triunfais de um grande partido de massas, o PDT reduziu-se ao Rio Grande do Sul e ao Rio de Janeiro. Mais precisamente, apenas no sul a agremiação do sr. Leonel Brizola conserva uma expressão popular maior. É também o único Estado em que o PDT possui alguma chance eleitoral de conquistar um executivo estadual. Certamente é pouco para quem voltou com o objetivo de recuperar a herança de massas do trabalho getulista.

Primeiro, perderam a sigla. Aos poucos foram perdendo as massas que já não eram tantas. Agora, o partido — ao menos no Rio Grande do Sul — começa a perder a coerência.

O PDT debate-se profundamente numa ambiguidade programática insustentável. Reivindica a herança do trabalho sem ter consciência que o populismo getulista só era viável com o poder de Estado na mão, para promover e manipular concessões através dos sindicatos atrelados ao governo dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, enfim, da máquina administrativa do Estado. Sem as vantagens do poder governamental, o populismo não consegue manter sua aliança de classes entre patrões e empregados sob hegemonia e controle da burguesia, em busca de um

capitalismo nacional. Os herdeiros ainda não descobriram que o suicídio de Vargas foi também um atestado de óbito do trabalho populista e as peregrinações cata-votos ao túmulo de Getúlio, atualmente, não reviverão uma proposta política que recebeu a pá de cal em 1964. Não renderão hoje além de minguados e nostálgicos dividendos eleitorais.

Capitalistas ou socialistas?

No Rio Grande do Sul, a pergunta inicial foi respondida por dois setores do partido em atos distintos e circunstâncias diversas.

Em São Leopoldo, região metropolitana da capital gaúcha, durante a comemoração do 1º de maio promovida pelos sindicatos da região do Vale do Rio dos Sinos, a juventude do PDT distribuiu panfletos cujo título chama a atenção: "O Socialismo é a Libertação do Trabalhador". No texto afirmavam: "O PDT, herdeiro do Trabalho de Getúlio Vargas e Leonel Brizola propõe uma sociedade socialista que vai nascer da organização dos trabalhadores. O socialismo é a democracia dos trabalhadores." (grifos do panfleto). O texto era assinado por um "PDT popular e socialista".

Até aí nenhuma novidade, dirão alguns. Essa seria a posição do novo trabalho de Leonel Brizola após sua reciclagem social-democrata.

Acontece, entretanto, que isso ocorreu na mesma semana em que o candidato ao governo do Estado gaúcho pelo PDT, deputado federal Alceu Collares, na terça-feira, dia 27 de abril, durante mais de duas horas monopolizou os televisores gaúchos no programa "Sem Censura", da TV Gaúcha-Canal 12 (rede Globo), com significativo lbope.

Na programação, o sr. Collares ficou devendo algo as suas bases ou as bases não são representadas pelo ilustre candidato. A outra hipótese é a velha repetição eleitoral do discurso duplo: um para os trabalhadores em seu dia de luta, outro para as luzes e câmaras que atingem milhões de telespectadores.

A moderação do sr. Collares

Ao apontar as medidas socialistas ou socializantes de seu governo, caso ganhe as eleições, o deputado Collares não conseguiu ir além da educação e da saúde. "Um exemplo que dou é a Educação.", disse o candidato trabalhista, "Vamos proibir a cobrança de taxas nas escolas. Vamos construir muitas escolas para atender a gratuidade do ensino. Isto é uma medida socializante."

Seria injustiça ao ilustre deputado não registrar que entre outras medidas "socializantes" de seu possível governo constam empresas de saneamento do Estado, a Cohab e outras que passariam a ter "preocupações eminentemente sociais e não empresariais".

Após medidas tão "radicais", o deputado Collares procurou tranquilizar os telespectadores e alguns dos seus entrevistadores dignos representantes das ditas "classes produtoras" gaúchas — afastando a possibilidade de novas estatizações por parte do Estado. E para que não ficasse dúvida de suas posições, ao ser perguntado sobre o capitalismo, o lucro e a iniciativa privada, afirmou categoricamente: "O programa do PDT não é contra o capitalismo. É um programa capitalista. Ele tem como objetivo apontar para uma sociedade igualitária e socialista. Acredito que por muito tempo vamos viver com o capitalismo, mas não significa que tenhamos que viver com as piores formas do capitalismo. Um governo trabalhista dirigirá toda a sua ação para o atendimento das demandas sociais, eliminando as injustiças. Nós não somos contra o lucro, porque estamos num regime capitalista".

E os eleitores e as bases ficam com qual dos PDTs? O da juventude de "popular e socialista" ou o do deputado-candidato, cujo programa capitalista "aponta" para uma sociedade igualitária e socialista?

Talvez, com nenhum dos dois, pois um partido com tamanhas ambiguidades e cujas direções estão recheadas de empresários, grandes pecuaristas e granjeiros de soja não efetivará nunca nem a primeira tarefa da luta pelo socialismo: a organização política independente e classista dos trabalhadores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Empreguismo e STF dão vitória ao PDS

Na primeira votação para a escolha da Mesa da Assembleia Legislativa gaúcha, realizada em janeiro de 1981, a chapa do PDS obteve 25 votos contra 18 da chapa apresentada pelo PMDB. O PDT se absteve. A sessão foi suspensa por vários dias, os necessários para que PMDB e PDT repartissem os mais de 200 cargos de assessoria, todos com vencimentos superiores a 150 mil cruzeiros mensais e firmassem um "acordo" que permitia o rodízio na presidência do Legislativo.

Segunda votação: chapa do PDS, 25 votos e do PMDB-PDT 31 votos. Tomou posse a mesa oposicionista e o PDS entrou com recurso na Justiça para saber qual "maioria" que vale. Perdeu no Estado e recorreu ao Supremo.

Terceira votação: no Supremo Tribunal Federal seis votos contra cinco dão vitória ao PDS que segunda-feira, dia 10, tomou posse com o deputado Ayrton Vargas de Presidente.

Quarto Ato: PMDB e PDT perdem os altos cargos de assessoria que dispunham e os movimentos populares perdem os espaços que conquistaram desde 1974 na Assembleia gaúcha. Os deputados do PDS já declararam publicamente que o "Poder Legislativo não será mais uma filial da Encruzilhada Natalino", numa referência aos colonos sem terra de Ronda Alta que acamparam no parlamento durante vários dias, enquanto pressionavam as autoridades e participaram de campanhas e manifestações organizadas na Capital. Mas não fica aí.

O deputado-coronel Pedro Américo Leal (PDS) já foi mais longe e prometeu que a nova mesa somente permitirá aos partidos realizarem reuniões na Assembleia (o que o Regimento da Casa garante) e que as reuniões e assembleias do movimento popular, das mulheres, estudantes não mais se realizarão lá.

Assim que, em quatro atos, os dois partidos de

oposição que têm cadeiras na Assembleia, PDT e PMDB, num episódio que ficou marcado pela falta de responsabilidade com a defesa do espaço conquistado pela maioria oposicionista e pelo excesso de fisiologismo e empreguismo, se somaram ao Supremo Tribunal Federal para entregar o Legislativo ao controle do PDS.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589 0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427. Impressão: Cia. Editora Joruês R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900, - São Paulo.

Minas A esperança é o PT

Otávio Soares Dulci, analista político, mineiro de Juiz de Fora, é um dos prováveis candidatos a deputado estadual pelo PT de Minas. Sociólogo, professor da UFMG em Ciência Política, defendeu a tese de mestrado "A UDN e o anti-populismo no Brasil". Prepara atualmente uma pesquisa sobre "Mudança política no Brasil-64 a 68" para o seu doutoramento e publicou ainda há pouco um artigo "Minas Gerais: continuidade e mudança", a partir do qual a sucursal mineira conduziu esta entrevista.

— Por que o título de seu trabalho "Minas Gerais: continuidade e mudança"? Mudaram os políticos mineiros ou mudaram as Minas Gerais?

— Mudaram as Minas Gerais. A sociedade mineira hoje é mais urbana do que rural, mais industrial do que agrícola. E um estado com sérios problemas sociais, com sérias distorções na estrutura produtiva, mas também um estado que saiu da estagnação e se desenvolveu no sentido de uma expansão capitalista. Não desequilibrada quanto aquela que se viu no país tomado como um todo. O processo de urbanização foi aceleradíssimo e o crescimento se concentrou em determinadas áreas, em determinadas regiões, sendo que outras áreas do estado se esvaziaram em população. Aí fica claro um fenômeno de migração interna que ocorreu este processo de expansão urbana explosiva. Como a estrutura produtiva, o crescimento das indústrias, não acompanhou este crescimento, os problemas sociais são gritantes, as favelas se expandem em Belo Horizonte e outras cidades que não tinham este cinturão de Minas é também um estado de estrutura fundiária muito desequilibrada, em que coexistem grandes latifúndios absolutamente improdutivos em regiões onde a distribuição de terras seria importante, não só em termos sociais, mas também econômicos, de capitalização.

— Será que Francelino está consciente destas mudanças e procura um candidato que pudesse usufruir ou capitalizar em cima destas transformações?

— Isto teria sentido, porque o prefeito Maurício Campos era exatamente o candidato do PDS menos vinculado aos vícios da política tradicional em Minas. Aquilo que é uma falha em termos de mérito dentro da elite, é uma vantagem do ponto de vista da imagem que ele pode projetar. A imagem que ele projetaria é do político jovem descomprometido com toda uma estrutura malograda de governo e, portanto, ele teria condições pessoais de projetar uma renovação. Para chegar a isto ele precisaria ter o apoio da máquina, mas a máquina não se pauta exatamente por estes critérios.

— Como estavam as perspectivas da política mineira antes da incorporação do PP ao PMDB, sabendo-se que o PP era bastante expressivo em Minas, principalmente na organização de diretórios municipais? E agora que existe o novo PMDB?

— Há um sentido na definição deste corte, porque antes da incorporação a avaliação que

eu fazia das perspectivas, se as eleições fossem naquela época, seria a seguinte: o PDS levava uma certa vantagem na corrida eleitoral sobre o PP, podendo manter sua bancada ou aumentá-la com o uso hábil e eficiente da máquina governamental ou de recursos próprios do partido.

Depois da incorporação o quadro se bipolarizou. O pacote de novembro levou a isto e a incorporação foi apenas uma atualização do quadro partidário em função do pacote. Então, o cenário da equivalência fica mais nítido ainda com ligeira vantagem do PDS sobre o PP, porque se evidentemente o PP em Minas agregou o PMDB, que era uma força secundária, por outro lado ele perdeu certa substância para o PDS, com uma liderança tão expressiva como a do deputado Magalhães Pinto, por exemplo, que somou-se ao PDS com uma área que ele lidera e um contingente eleitoral apreciável. Neste quadro de empate, o terceiro partido que vai disputar as eleições é o Partido dos Trabalhadores. Parece que os outros dois, PDT e PTB, não vão conseguir disputar as eleições ou, se vão, têm chances muito pequenas de conseguir um resultado positivo. Eu acho que o PT é o "outsider" das eleições, é o partido que está correndo por fora, numa situação de confronto, de bipolaridade, que é uma situação quase de soma - zero. O PT tem condições de canalizar o que sobre desta opção difícil e fechada que desagrada uma faixa do eleitorado. E já tem inclusive capitalizado com a passagem de antigos peemedebistas, descontentes com a incorporação, que foram para o PT. Esta passagem pode ser projetada a nível do eleitor. Em termos político mais amplos, o PT, sendo o partido que fica na beirada do espectro partidário, de certa forma ganha maior densidade e maior capacidade de manobra. A identificação dos partidos fica bem mais nítida agora. São 3 partidos, 3 propostas diferentes, 3 destinos que o estado pode ter com eles.

— Tancredo eleito significaria a retomada do projeto de abertura do Golbery, com um segundo partido alternativo do governo?

— Representaria pelo menos a possibilidade de retomada do partido de centro liberal. Na minha opinião, ele quer ser o viabilizador desta proposta no plano nacional, no plano histórico. E ele não só quer, como está situado estrategicamente para fazer isto. E a presença dele no governo de Minas lhe daria uma posição de força extraordinária para retomar este projeto e, além disso, ele seria o líder natural dos governadores eleitos dia 15

de novembro em termos da negociação de um novo pacto federativo, que aliás é a grande colocação que ele faz em sua campanha.

— Tem sido quase unânime entre políticos e jornalistas a visão de que Minas Gerais será um estado-chave na sucessão presidencial de 84. Por que e quais são estas candidaturas? Por que Minas Gerais é um estado-chave?

— Isto é um fato reconhecido por todos. As diversas tendências políticas reconhecem que o que se passa em Minas tem reflexos nacionais, sobretudo para o momento-chave de 84. Há várias ligações que a gente pode ver, embora o quadro para 1984 seja ainda obscuro. Uma relação óbvia é a pretensão do vice-presidente Aureliano Chaves, cujas chances são estreitamente ligadas a uma vitória do governo em Minas. A candidatura de Eliseu Rezende para o governo de Estado se insere dentro do lançamento do ministro Andreazza para presidente da República. Ele é uma forte garantia política para esta corrente. Uma terceira é a alternativa Tancredo Neves; há toda uma proposta alternativa que seria muito fortalecida em termos de 84, com a vitória de Tancredo Neves para o governo do Estado.

— Este esquema Eliseu Rezende e Mário Andreazza teria alguma coisa a ver com a chamada "linha dura", especificamente com Otávio Medeiros e Coelho Neto?

— É difícil estabelecer esta ligação, porque não se sabe exatamente qual o nível de relações e entendimentos destes personagens. Agora, à primeira vista, parece que não. O ministro Andreazza é apoiado por certas forças que, aparentemente, não são aquelas que apoiariam ou esperariam o êxito da candidatura Medeiros. Um aspecto curioso é o apoio do deputado Magalhães Pinto à candidatura Eliseu Rezende em Minas. Ele foi chefe do Departamento de Estradas de Rodagem do governo Magalhães aqui, mas isto é apenas o que se sabe da relação entre os dois. No entanto, se a gente pensar que o interlocutor de Magalhães Pinto no governo é o ministro Leitão de Abreu, assessor político mais próximo do presidente, isto sugere alguma coisa a mais na candidatura Andreazza. Por outro lado, o fato de Magalhães Pinto apoiar Eliseu Rezende, que era a única solução totalmente vetada por Aureliano Chaves e aceita com relutância por Francelino Pereira, seria também digno de menção.

— A candidatura Eliseu Rezende coloca um dado novo para a campanha do PT?

— Eliseu Rezende representa certa novi-

dade no quadro político mineiro. Nunca disputa eleições, e não se sabe qual seria o seu desempenho em campanha. Ele surge baleado por apoios externos a Minas, é uma candidatura até certo ponto imposta ao PDS mineiro. Portanto, provoca contradição no esquema oficial, que poderão resultar no fortalecimento de Tancredo Neves. A campanha de Eliseu Rezende será provavelmente baseada na promessa de obras públicas e de canalização de recursos federais para Minas. Assim, procurará concentrar as atenções em problemas de administração e de realizações materiais, desviando-se de uma discussão política ou de cunho ideológico. Cabe à oposição, ao PT em particular, mostrar o significado dessa proposta, relacionando-a com a política do governo federal e desenvolver na campanha um debate efetivamente político, que exponha as causas reais dos problemas que afetam a população.

— Como você coloca a questão do voto útil nas eleições de 82 em Minas Gerais? Dentro destas propostas desses partidos, como deveria ser a proposta do governador do PT?

— A questão do voto útil tem sido muito levantada e eu acho que é uma questão complexa, porque corresponde à idéia de que cada eleitor vai ter um cálculo político. A questão é sempre importante para o eleitor, que vota por uma proposta política mas leva em conta o quadro geral. Neste sentido o voto útil é levantado, em detrimento do PT, que, segundo certas opiniões, estaria atrapalhando a vitória do PMDB. Isto eu acho gratificante para o PT, porque significa que o PT existe, é reconhecido e ocupa um espaço que pessoas gostariam que fosse ocupado pelo PMDB.

— Você falou, recentemente, em "voto útil para quem"?

— A questão de fundo é essa, a questão da fórmula e do cálculo, a reflexão do eleitor para a realidade do quadro. Se o PT se dispusesse a abrir mão de sua força em função do PMDB, isto seria útil para quem? Isto é que não é claro. O PT representa uma certa proposta e mobiliza uma certa área que é diferente da do PMDB, sobretudo após a incorporação pelo PP. Por outro lado, se adotarmos uma perspectiva menos eleitoral, menos 82, eu acho que é bastante claro que o importante em termos do aprofundamento da democratização, não é a aceitação passiva da estratégia do confronto, que está por trás do pacote de novembro e levou à bipolarização dos partidos políticos, mas sim a existência de um pluralismo partidário definido no país.

Editorial

A greve do ABC foi, sem dúvida, o fato mais importante da quinzena. Assim como nas outras vezes, o movimento do ABC, por expressar a consciência de massa mais avançada do operariado brasileiro, tem repercussões profundas no sindicalismo e na conjuntura política do país.

Tendo com trunfos o efeito desmobilizador do desemprego e o isolamento de São Bernardo diante do impasse das intersindicais, os empresários da toda poderosa FIESP armaram uma tática este ano para levar os operários do ABC a um acordo salarial mais desfavorável do

que o concedido aos sindicatos pelegos que negociam sobre a égide da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo. O objetivo de desmoralizar a combatividade operária era límpido e cristalino.

No final da linha, refletindo a pressão das mobilizações de São Bernardo, o TRT votou um aumento de 7% além do INPC para todos os níveis salariais superior ao do concedido à Federação, que foi de até 5% escalonado. Apenas três dias bastaram ao TST para modificar a sentença, reduzindo o índice de São Bernardo a apenas 4% acima do INPC.

A greve veio e no segundo dia 53 mil operários estavam de braços cruzados dentro das fábricas. "Não negociar" foi a

palavra de ordem lançada pelo dirigente da FIESP Roberto della Manna, "pois se conquistarem isso acabarão por nos impor também o delegado sindical".

A luta operária transcende, porém, o etapismo da consciência empresarial. Por alguns dias, um vento forte de liberdade soprou dentro das fábricas de São Bernardo, verdadeiras cidadelas das práticas as mais fascistas, com os operários ocupando empresas, forçando reuniões do sindicato nos pátios, fazendo passeatas internas, pressionando até o limite os empresários. Ao final, a solução negociada no Tribunal, em que os patrões saíram divididos e o ABC fortalecido.

Contraditoriamente à disposição da

luta da base, a comissão pró-CUT, revelando os impasses das intersindicais, propõe o adiamento da II CONCLAT. Se não existem condições hoje para se fundar uma CUT democrática, ela teria o grande sentido de dinamizar as intersindicais, restabelecendo nova legitimidade a elas. O adiamento, se concretizado por um longo período, terá conseqüências negativas inevitáveis para o movimento.

Mas, no fundamental, a greve do ABC foi também um aviso direto a todos os pelegos e políticos conciliadores. É contra a fúria deste movimento operário que eles terão de se bater caso pretendam levar adiante seus propósitos escusos de um pacto com a ditadura.



Eliseu ou Tancredo: uma opção frustrante

Minas

Como fazer uma Campanha

A campanha do PT mineiro sai prás ruas agora no final de maio. Aqui, as propostas para uma campanha eleitoral verdadeiramente partidária que serão submetidas à pré-convenção do fim do mês.

Da Sucursal

No próximo dia 30 será realizada a pré-convenção do PT mineiro que escolherá os candidatos aos cargos majoritários e proporcionais, definirá a plataforma estadual e organizará a campanha do partido no estado.

Para os cargos majoritários, oito nomes foram previamente levantados. Cada um forneceu seu currículo ao partido que publicou-os e em seguida promoveu uma série de debates nas principais regiões do estado para que as bases pudessem conhecer os candidatos e fazer sua opção consciente. Este encaminhamento gerou um saudável clima interno no partido, longe das tradicionais disputas entre nomes, os militantes buscando analisar os prós de cada candidatura tendo em vista o benefício maior para o conjunto do partido. Ou seja, aquela que tenha condições de imprimir à campanha um conteúdo classista e sensibilizar a parcela do eleitorado insatisfeita com as demais opções partidárias. No próximo fim de semana ocorrerá o último destes debates, com os militantes do PT da região metropolitana. A partir daí então deverão se aprofundar os critérios de escolha, devendo prevalecer uma escolha "para fora do PT".

Até agora os nomes mais cotados para governador são Sandra Starling (professora) e Elcio Reis (advogado) e para o senado "Seu Joaquim" (metalúrgico).

Quanto aos cargos proporcionais, até o momento para o deputado federal foram indicados pouco mais de 10 nomes e para estadual mais de 40. Para prefeitos cerca de 100 nomes já estão propostos. A nível de deputados a tática aprovada, que previa o lançamento do maior número possível de candidatos (para aumentar a votação de conjunto do partido) foi apenas parcialmente cumprida o que

poderá prejudicar a votação do PT no estado. Não há hoje uma expectativa de aumento substantivo do número destas candidaturas, mas a nível de prefeitos espera-se chegar a cerca de 150.

A campanha unitária

O ponto onde as discussões avançaram mais até agora é na parte de organização da campanha. Dois documentos elaborados pela Comissão de Coordenação Eleitoral (órgão de assessoria da Executiva) serão debatidos no dia 30 por cerca de 300 delegados representando mais de 200 cidades. As propostas de Fundo Financeiro Comum e Comitê Eleitoral Unificado, contidas nos dois documentos, são a elaboração mais completa e concreta surgida até agora no PT, nacionalmente, sobre os problemas a serem solucionados para se alcançar uma campanha efetivamente unitária e partidária.

Descendo do terreno genérico em que estas questões foram postas na Carta Eleitoral aprovada na última pré-convenção nacional do PT, os documentos concretizam uma série de procedimentos necessários para a operacionalização de uma campanha verdadeiramente unitária. A proposta, acredita-se, ainda será ampliada em alguns pontos, por exemplo, explicitando a mensagem política comum que deverá constar de todos os materiais de campanha; padronizando ou criando para uso comum por todos certas formas de propaganda visual como cartilhas, cartazes etc; insistindo no controle de todos os grandes eventos políticos da campanha pelos comitês unitários etc. Igualmente no plano financeiro comum uma taxa mais pesada e obrigatória poderia ser cobrada sobre os gastos individuais. E por fim, o caráter aberto, não individual, dos

comitês eleitorais precisaria ser bem mais preciso.

É inegável que o PT não apresenta ainda um grau de homogeneidade e confiança política interna e, por decorrência, uma eficácia operacional, capazes de dar bases para uma campanha *absolutamente* unitária, tudo ficando sob *estrito* controle das direções partidárias. A situação, realisticamente, ainda não é esta. Mas de forma alguma esta limitação objetiva do partido não pode servir de pretexto para sua degeneração numa frente eleitoral. Se temos claro o rumo de construção do PT como partido mesmo, temos que impulsionar suas formas de organização (no caso de campanha) avançando e educando ao máximo possível no rumo unitário que é o único que constrói efetivamente um partido.

A seguir um resumo da proposta.



O que é um Comitê Eleitoral Unificado

A Pré-Convenção Nacional do PT, refletindo discussões nas bases nos diversos estados, definiu os centros político-organizadores de nossa campanha eleitoral como sendo o COMITÊ ELEITORAL UNIFICADO (CEU - estadual, municipal, zonal). Isto significa que o nosso Partido se distinguirá dos demais não apenas pelo PROGRAMA, pelas idéias políticas, mas também pela nossa ORGANIZAÇÃO.

No primeiro aspecto, um COMITÊ é um espaço físico (uma sala uma casa, uma garagem) e uma infraestrutura básica de campanha (propaganda, telefone, serviço de som, armários, materiais). É um local onde os militantes e simpatizantes se encontram, discutem, procuram material de campanha, montam os roteiros de atividades. É a referência pública para todos os que para lá se dirigem desejando estabelecer qualquer tipo de contato com o Partido ou seus candidatos.

Mas um COMITÊ é também uma estrutura político-organizativa, que centraliza as atividades eleitorais em determinada área. Neste sentido, as funções básicas do COMITÊ são:

1. implementar a campanha do PT em uma área de atuação (promoção de caravanas, visitas de casa em casa, comícios, cortejos, propa-

ganda em geral, procurando sempre combiná-las com a intervenção nas lutas concretas nas fábricas e nos bairros;

2. arrecadar fundos e coordenar o Fundo Financeiro Comum do local;

3. compatibilizar as campanhas dos diversos candidatos que atuam na área, ou aí possuam apoiadores canalizando-as para um esforço comum e solidário no Partido, para que se alcance um rendimento máximo (o COMITÊ deve receber comunicação sobre todas as iniciativas dos candidatos para promover esta coordenação e alocação de forças);

4. centralizar e dar sustentação aos candidatos a cargos majoritários (governador e vice, senador e suplente, prefeito e vice) dando-lhes suporte político e infraestrutura material.

A estrutura destes COMITÊS não nasce pronta. A própria dinâmica da campanha se encarregará de desenvolvê-la e até mesmo de multiplicá-la. Inicialmente devemos formar os CEU centrais (estadual, municipal e zonal-BH) com uma infraestrutura mínima de funcionamento. Para isso é importante todo o esforço para a concretização do FUNDO FINANCEIRO COMUM. A partir dos CEU centrais, das necessidades colocadas pela campanha e do crescimento de

nossa mobilização, os demais irão naturalmente se desdobrando, se multiplicando.

Os Diretórios e as Regionais indicaram candidatos à Pré-Convenção, embora, enquanto tal, não tenham candidatos próprios: seu apoio é para o PT, qualquer que seja o candidato. Não temos currais eleitorais, qualquer candidato pode fazer campanha nas várias regiões, pois isto soma voto ao Partido.

Por outro lado, os indivíduos, os militantes do Partido, têm suas preferências (e devem tê-las) por determinados candidatos com os quais se identificam mais, dentre os vários do Partido. O mesmo ocorre com os CEU. Cada um terá em seu interior apoiadores de um ou vários candidatos, dependendo da região coberta por eles. O COMITÊ, então, apenas coordenará a ação desses vários candidatos ou apoiadores. Isto quer dizer que todos eles têm direito, em princípio, de participar de todos os CEU. Dessa forma, o COMITÊ não estará tolhendo a propaganda individual, mas, pelo contrário, possibilitando maior popularização dos candidatos, à medida em que dá maior alcance e repercussão à propaganda geral e coordenada de seus candidatos.

A segunda grande questão a ser analisada é a forma como estes CEU

se articularão com as campanhas individuais, uma vez que por serem unificados não privilegiarão candidatos.

Em princípio, qualquer candidato pode articular a sua própria campanha, coordenar a ação de seus apoiadores, estimular as iniciativas em torno de seu nome e possuir infraestrutura material própria. Por outro lado, apesar de ser uma situação ideal, seria irrealista a crença de que o CEU-estadual ou os CEU-municipais (o estadual com relação aos deputados; os municipais, com relação aos vereadores) estariam capacitados para suprir todas as necessidades destas campanhas.

Dessa forma, o CEU exercerá a coordenação política da campanha do Partido, que se sobrepõe às individuais; será a referência da massa dos militantes e simpatizantes que se acerção de nossos candidatos. Estes, por sua vez, poderão tomar iniciativas (integradas com os CEU) no sentido de montar novos COMITÊS DE PROPAGANDA, em outros locais, de forma a servirem de base para a campanha. Porém, serão sempre novos locais e disposição do Partido como um todo, sendo portanto novos CEU.

Outra decisão da Pré-Convenção Nacional diz respeito aos NÚCLEOS, que deverão permanecer

no período eleitoral, não se diluindo nos CEU. Isto quer dizer que para os petistas, as lutas sindicais e populares devem continuar ocupando espaço privilegiado. Trata-se, portanto, de combinar a luta eleitoral com as demais, o que será, inclusive, uma das marcas diferenciadoras de nosso Partido. Vamos levar lutas concretas, campanhas de mobilização popular, no bojo de nossa participação eleitoral.

Cada CEU deverá levar uma propaganda constante, comum, de NUCLEAÇÃO, tanto a nível externo como interno, para que cada um seja um ponto de partida para futuros novos NÚCLEOS. O fato dos COMITÊS ELEITORAIS serem UNIFICADOS facilitará esta tarefa, pois atrai os simpatizantes para o Partido, aglutina pessoas de diferentes simpatias eleitorais, organiza as áreas geográficas carentes de núcleos.

As eleições não podem significar uma ruptura com as nossas estruturas democráticas e de luta, nem momentaneamente nos transformar em um partido de manifestação eleitoral. Pelo contrário, serão um passo a mais em nosso fortalecimento, e um momento de se dar um salto de qualidade ainda mais amplo, envolvendo setores de massa ainda maiores na luta.

Unitária

Finanças: o fundo Estadual Comum

1. O FCE será organizado tendo por base os 8 DIRETÓRIOS ZONAIS DE BH e o DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CONTAGEM. Todos os militantes de BH-Contagem serão chamados a colaborar permanentemente com o FCE, que suprirá as seguintes necessidades fundamentais do PT nas eleições:

- a) aquisição de pequena gráfica (já adquirida);
- b) estoque de papel e de material gráfico/remuneração de um gráfico;
- c) aquisição de 4 kombis (leilão) equipadas com material audiovisual para uso dos candidatos majoritários e para uso coletivo e programado do COMITÊ ELEITORAL UNIFICADO;
- d) financiamento da campanha dos candidatos majoritários estaduais;
- e) apoio financeiro ao candidato majoritário estadual ou ao candidato a deputado federal ou estadual que passar a enfrentar problema de sobrevivência pessoal ou familiar em virtude da campanha eleitoral;
- f) montagem de uma oficina de técnica de propaganda artesanal barata;
- g) impressão de materiais padronizados da campanha estadual, confecção de Jornal de Campanha;
- h) montagem da sede física do CEU-Estadual onde funcionarão as equipes de apoio exclusivo às candidaturas majoritárias.

2. O montante mínimo de recursos para cobrir essas necessidades, numa estimativa feita "por baixo", será da ordem de Cr\$ 12 milhões. O cronograma de receita que está em andamento é o seguinte:

- até 30 de maio: Cr\$ 3 milhões;
- até 30 de junho: Cr\$ 2 milhões;
- até 30 de julho: Cr\$ 2 milhões;
- até 30 de agosto: Cr\$ 2 milhões;
- até 15 de outubro: Cr\$ 3 milhões;
- Total: Cr\$ 12 milhões.

+ Reserva para novembro: Cr\$ 3 milhões.
Total Final: Cr\$ 15 milhões.

Mês de maio: iniciativas do FCE:

- a) cotas especiais de contribuintes: Cr\$ 400 mil
- b) churrascão de abril: Cr\$ 250 mil
- c) rifa de vídeo-cassete (previsão): Cr\$ 2 milhões
- d) bônus de rua (previsão): Cr\$ 350 mil.

TOTAL: Cr\$ 3 milhões.



**TERRA
TRABALHO
LIBERDADE**

Para integrarmos efetivamente ao trabalho do FCE cada um dos militantes de BH-Contagem propomos as seguintes medidas práticas:

- a) rifas de valor igual ou superior a Cr\$ 1 mil o bilhete, shows musicais, com grandes artistas ou conjuntos e a venda de bônus do PT serão iniciativas privativas do FCE.
- b) cada Diretório colaborador poderá promover a campanha financeira que quiser desde que previamente combinada com o FCE, que recolherá 30% do lucro líquido.

Uma campanha partidária, DE Partido, se faz através do esforço de todos os militantes e apoiadores e fundamentalmente através dos candidatos, que serão a expressão personificada do Partido. Os candidatos a deputado federal e estadual por BH-Contagem serão chamados a colaborar com o FCE de um modo muito especial.

Em virtude disso propomos que os candidatos a deputado de BH-Contagem cumpram as seguintes regras:

- a) oficializadas na Convenção de 30 de maio, as campanhas poderão e deverão estar na rua no dia 1º de junho. Entretanto, cada candidato a deputado de BH-Contagem só poderá cuidar das finanças de sua campanha após a data de 15 de junho.
- b) a partir de agora todos os candidatos a candidato terão cotas de venda de bônus, rifa, churrasco, shows, que permanecerão após o 15 de junho.
- c) a gráfica do PT será utilizada em primeira prioridade para a impressão de materiais comuns de campanha do PT; em 2ª, pelas candidaturas dos candidatos sem recurso nenhum. Cada candidato a deputado poderá programar o uso da gráfica, pagando o preço estipulado, que será igual ao custo + 20% (quando fora ele é custo + 150%, no mínimo). Quando o candidato mandar imprimir material fora da gráfica do PT ele pagará uma contribuição assim: será calculado o preço que a gráfica do PT cobraria para imprimir o material e cobrado 20% desse preço como contribuição especial;
- d) o material de campanha impresso, as pixações etc, deverão conter a "marmitta", isto é, o nome dos candidatos majoritários, dos deputados federal e estadual, e do prefeito e vice (Contagem) e do vereador. As soluções são várias: o Grupo de Criação as apresentará. O voto é vinculado, então a propaganda deverá ser vinculada também.

PT/RJ

A campanha vai para às ruas.

por Carlos Henrique Árabe

O PT/RJ realizou nos dias 8 e 9 últimos sua V Plenária regional, que foi voltada para a escolha dos candidatos proporcionais e para definir, de vez, a plataforma estadual e a tática eleitoral. No seu conjunto as resoluções apontam para uma virada positiva no estilo tímido e localizado da campanha até agora, marcando um grande lançamento semelhante ao de Lula e para a manutenção do caráter unitário da atuação eleitoral, apesar das fortes pressões eleitoreiras surgidas. Mas a Plenária não avançou em pontos de muita importância, como a plataforma estadual e a reorganização da direção regional, hoje enfraquecida. Estas questões foram adiadas para uma reunião ampliada do Diretório Estadual (junho). Por fim, foram lançados 25 candidatos a deputado federal e 60 a estadual.

10 de junho, em Nova Iguaçu: o PT lança a campanha.

Com este comício o PT dá um primeiro passo para solucionar um dos problemas mais sentidos na campanha dos candidatos majoritários, o seu pequeno aparecimento a nível de massa. A tática de primeiro acumular forças localizada para depois aparecer, realmente não funcionou. O PT se diluiu em pequenas reuniões, enquanto os outros partidos se lançaram massivamente. O PT perdeu espaço nesta disputa, mas a partir de agora tem todas as condições de tirar o atraso. Além disso, é possível manter também as reuniões e lançamentos por região, as discussões com as entidades de massa, etc. Nossa tarefa é mos-

trar porque só o PT é oposição à ditadura e à exploração, a única oposição do ponto de vista dos trabalhadores. E aí desmistificar a "oposição" dos demais partidos (no Rio todos se dizem de oposição). Vamos perguntar: oposição a quem e em nome de quem. É com uma campanha de massa que faremos chegar aos milhões de trabalhadores as propostas do PT, acabando com a idéia vendida pela grande imprensa burguesa de que os trabalhadores devem optar entre Sandra e Miro.

Tática unitária prevalece com arranhões

A plenária reafirmou o que representava um grande consenso na base do PT: os comitês unitários e o fundo eleitoral comum, vetando as tentativas de individualização da campanha. Mas foram introduzidas algumas medidas que podem comprometer a campanha do partido, dando margem a uma perniciosa caça aos votos e à inviabilização do fundo comum. Quanto às finanças, uma resolução contraditória: abriram iniciativas para arrecadação individual, mas desde que tudo seja entregue ao fundo comum. Porque, então, não incentivar as iniciativas coletivas através dos comitês, que sairiam muito mais fortalecidas? Do outro lado as "dobradinhas" e circulação dos candidatos podem passar por fora dos comitês, sem necessariamente discutí-las no seu interior, o que seria correto.

Nestas condições, a sustentação de uma verdadeira atuação partidária, de fortalecimento do partido, vai depender fundamentalmente da fis-

calização da base do partido e dos setores efetivamente engajados nesta concepção.

Plataforma estadual e o lema nacional

A plenária aprovou um anteprojeto estadual, mas apesar de aprovado em vários grupos de discussão, não definiu um instrumento de agitação eleitoral e sua vinculação com as bandeiras nacionais de Trabalho, Terra e Liberdade. Uma das maiores conquistas do PT foi a de sintetizar num programa nacional as lutas dos trabalhadores dos vários cantos do país. Nossa campanha estadual não pode fazer um corte entre programa de governo e estas lutas mais gerais, unificadas pela plenária nacional do PT. Temos que combiná-las com as propostas específicas para o estado, evitando assim tanto o generalismo como cair no reformismo das chamadas propostas viáveis.

Reforçar a direção regional do partido

Não é neste momento que todos os problemas gerados pela atual direção do PT vão ser superados. As condições para isso estão sendo criadas pelo crescimento do trabalho de massas e pelo surgimento de novas forças comprometidas com a construção do PT como partido operário. Mas é necessário propor um fortalecimento da capacidade de centralização do partido quando enfrentamos um processo exigente e difícil como estas eleições. A agregação de novos militantes à direção, aprovada na plenária, deve ir no sentido de representar o trabalho de base e de reforçar politicamente a direção do partido.

SP / Araraquara

O PT avança no interior

Mais de 100 pessoas lotaram completamente a sede do PT de Araraquara, no interior de S. Paulo, na noite de 1º de Maio. No dia do trabalhador, foram lançados os candidatos do partido no município: João Bosco, professor universitário e presidente regional da Associação Docente, para prefeito, e mais 10 vereadores, entre os quais se encontram motoristas, funcionários públicos, metalúrgicos e trabalhadores de outras categorias.

Aos poucos, o PT vai se consolidando em Araraquara, onde já foram realizados dois grandes comícios com a presença de Lula, e que marcaram a vida política da cidade. O trabalho agora desenvolvido é de nucleação, com a implantação do partido sobretudo nos bairros periféricos da cidade, marcados pelo recente crescimento

industrial e por todos os seus problemas, dentro do regime de superexploração do capitalismo brasileiro. O PT marca sua atuação igualmente nas mobilizações de apoio aos grevistas da Usina Tamoió, massacrados pelo atraso de pagamento, nas campanhas de denúncia e divulgação da luta

do povo salvadorenho e nicaraguense.

Os outros partidos saem, todos eles, com candidatos que vieram da extinta ARENA, o que torna a legenda do PT aquela que mais se identifica com um caráter tipicamente oposicionista. (R.M.)

A GUERRA DAS MALVINAS
As Contradições do Capitalismo e a Revolução Social
MARCELO FUGARD

Mais um lançamento da Editora Aparte Ltda.

editions aparte ltda

A voz do PT de norte a sul do Brasil

Perseu Abramo, editor do jornal do PT, conta aqui como está e como funciona o órgão do partido hoje, dois meses depois de seu lançamento.

Por Flávio Andrade

"O jornal pegou", responde Perseu à primeira pergunta sobre a quantas anda o **Jornal dos Trabalhadores**. "O órgão era uma necessidade real que foi atendida e bem recebida pelo partido. Para a sua continuidade, prossegue o editor, muita coisa ainda será feita, o jornal ainda pode melhorar em vários planos: mas o importante é que a primeira prova está vencida: o jornal sai a cada quinze dias com grande receptividade de público. As edições vêm crescendo, por solicitação do público em geral e do partido, dos 20 mil iniciais aos 30 mil atuais, sempre esgotados".

Mas tudo está sendo vendido? "Isto, responde Perseu, ainda é difícil de precisar. Tudo é distribuído e, no final da quinzena, não resta nenhum estoque para atender os pedidos retardatários (que sempre estão chegando). Nosso objetivo agora é combinar um crescimento gradativo da tiragem com uma diminuição e redistribuição de encalhes, esperando chegar aos 50 mil".

O jornal ainda não conseguiu uma distribuidora nacional única (Abril ou Chinaglia) e vem trabalhando com distribuidoras regionais ou então com distribuição própria em certos estados através do partido diretamente colocando nas bancas principais. "Mas esperamos que, pelos números que temos condições de demonstrar, venhamos a conseguir a curto prazo uma distribuidora nacional, dado que a alegação principal delas, inicialmente, era de que o jornal não venderia mais do que 5 mil (!), expõe o editor.

O sistema atual, fora as distribuidoras comerciais, fun-

ciona do seguinte modo: a cada edição as regionais do partido (algumas municipais também têm tratado diretamente com a sede) fazem seus pedidos com base na expectativa e no desempenho do anterior, o qual deve ser pago com 15 dias da expedição, ao custo de Cr\$ 40 o exemplar. Segundo Perseu este esquema tem funcionado satisfatoriamente e os pagamentos têm sido pontuais. A nível global, atualmente cerca de 10 mil jornais estão sendo entregues as distribuidoras comerciais, 15 mil às regionais e 5 mil ficam para os assinantes (que rapidamente já estão na casa dos 1,5 mil) mais o estoque de sede para os pedidos durante a quinzena.

"Em síntese, conclui Perseu, o jornal pegou, e seu desempenho é satisfatório. Mas o superávit que hoje conseguimos ainda é pequeno para maiores planos de crescimento pois ainda não estamos num esquema de operação normal. O grosso do trabalho ainda é voluntário, somente nos próximos dias é que teremos instalações próprias (o que significará novos custos), enfim a prudência recomenda esperar um pouco mais para novas medidas no terreno administrativo".

A nível da redação o jornal hoje não dispõe de uma equipe fixa, embora vários já tenham se tornado colaboradores regulares. O sistema atual de funcionamento é mais ou menos o seguinte: após a saída de cada edição uma reunião (aberta para quem queira comparecer) faz a avaliação, discute o próximo, distribui tarefas, e ao mesmo

tempo o editor passa a pré-pauta (por telegrama desde a liderança da Câmara, em Brasília) para cerca de 150 endereços em todo o país, incluindo aí todas as direções regionais, várias municipais (que Brasília possui endereço) e muitos colaboradores tipo correspondentes. "O jornal assim dispõe hoje, conclui Perseu, ainda que sem padrão profissional, uma extensa rede nacional de informações e colaboradores, muitas vezes superior à de qualquer órgão da grande imprensa. O problema é irmos pouco a pouco melhorando a eficácia deste sistema em termos de pontualidade e qualidade jornalística; mas o potencial é enorme e riquíssimo".

Os contactos com a direção do partido são regulares a cada quinzena. Uma reunião do editor com Lula e alguns membros da Executiva avaliam a edição anterior ("Lula sempre muito crítico, construtivamente", ressalta Perseu), o andamento da administração, define alguns eixos políticos e elabora o editorial. Lula faz o seu "Recado" e a partir daí a edição corre sob responsabilidade do editor, com consultas à Executiva, sempre que surge algum tema mais delicado. "O contacto ainda precisa melhorar, reclama Perseu, com uma formalização e operacionalização maior deste esquema. Mas, desde o primeiro número que a direção vem acompanhando o passo a passo do jornal".

A aceitação do J.T. segundo Perseu, vem sendo positiva. "Ainda há muitas deficiências que temos procurado corrigir (matérias grandes e pesadas,

linguagem difícil, as capas agora já estão mais leves e movimentadas) etc". Alguns têm criticado que o jornal está "muito petista", forçando a barra de vez em quando; mas já para outros é o contrário: falta PT, o jornal deveria ser mais militante, dar mais orientação etc. "O ponto correto, avalia Perseu, ainda é difícil de precisar e só com o tempo e o aprofundamento das avaliações será acertado".

"Mas de qualquer forma, arremata o editor, todos concordam que o jornal já trouxe muitos benefícios: democratizou a informação dentro do partido, orienta em grande medida as linhas maiores para os militantes, suscita o debate interno e, principalmente, serve como um utilíssimo instrumento para a penetração do partido em novas áreas e dinamização nas já consolidadas. Por tudo isso a receptividade ao jornal tem sido grande por parte de todos".

No que diz respeito à imprensa alternativa simpática ao PT, Perseu avalia que a relação tem sido boa, "embora a colaboração pudesse ser bastante mais efetiva, principalmente se se tem em conta a campanha de bônus — o que pesou muito no arranque inicial do jornal". Quanto ao **EM TEMPO** em particular, nos próximos dias teremos uma reunião com o editor do **Jornal dos Trabalhadores**. Aí buscaremos, em base numa carta enviada semanas atrás à direção do partido e do jornal, discutir um aprofundamento e uma maior sistematização da colaboração que vimos dando ao órgão do PT.



Distribuição da tiragem pelos estados (1)

| | |
|------------------|-----------|
| Acre | 300 |
| Alagoas | 100 |
| Amazonas | 1.500 |
| Bahia | 500 |
| Ceará | 100 |
| E. Santo | 1.000 |
| Goias | 300 |
| Maranhão | 400 |
| Minas | 1.100 |
| M. Grosso do Sul | 100 |
| M. Grosso | 100 |
| Pará | 350 |
| Paraíba | 100 |
| Pernambuco | 600 |
| Piauí | 130 |
| Paraná | 1.000 |
| R.G. Norte | 750 |
| R. Janeiro | 5.000 |
| Rondônia | 100 |
| R. G. Sul | 1.000 |
| S. Catarina | 600 |
| Sergipe | 500 |
| S. Paulo | 8.500 |
| D. Federal | 1.500 |
| Amapá | 100 |
| Munic. diretos | 900 (2) |
| Sede | 3.000 (3) |
| Assinaturas | 1.500 |
| Total | 30.000 |

(1) Remessas para as direções regionais do partido

(2) Municípios que recebem diretamente da sede

(3) Tiragem que se esgota na sede atendendo pedidos novos



O semanário **O Trabalho**, com 12 páginas e ao preço de capa de Cr\$ 80,00 aproveita sua última edição para o lançamento de uma campanha financeira de "Cr\$ 7 milhões em 7 semanas". O grande destaque da edição é a greve do ABC (que tem capa e contra-capas); e o PT, que vem nas duas páginas centrais dedicadas ao lançamento da campanha do partido por Lula no Paraná. Há poucos meses a tônica do jornal mudou, o PT passando a merecer um destaque especial e as críticas sectárias tradicionais se tornando cada vez mais escassas. Uma virada de imprensa espetacular!

Convergência Socialista

Se o **Trabalho** não dá razões especiais para sua campanha de Cr\$ 7 milhões o **Convergência**, lançando também na sua última edição uma campanha de "Cr\$ 14 milhões em 10 semanas", explica: "Pelo CS semanal!". Estranho, e pouco convincente: tão cara esta mudança? Melhor seria dizer que estamos num ano eleitoral e que um jornal "engajado" precisa de fundos — o que de resto nada tem de ilegítimo.

O **Convergência** ainda critica o último **EM TEMPO** pelo que lhe

parece ser uma dupla posição nossa sobre as Malvinas. Ora, para quem não está acostumado com o sectarismo e o burocratismo é simples: a posição do ET (como tal) esteve nas páginas centrais e em editorial com destaque. No entanto um jornal democrático (que sempre fomos) permite e incentiva a expressão (como tais, sem confusão para o leitor) de debates, polémicas e opiniões diversas assinadas, tanto do público como de seus colaboradores habituais. Estranhar esta prática é apenas revelar uma postura antidemocrática.

Tribuna Operária

A **Tribuna** sai com capa da greve do ABC (bela foto estampada na metade da página). Quanto às Malvinas, no fundo, continua em cima do muro; mas melhorou. Se na edição passada dizia que os trabalhadores não tem nada a ver com esta guerra, agora, a chamada já é: "Ingleses, fora das Malvinas! Fascistas, fora da Argentina!".

Um outro destaque interno é a defesa da manutenção da data da CONCLAT. Sob o título "Adiamento do CONCLAT tem que ser

repudiado" a **Tribuna**, sem especificar nomes ou correntes, se investe contra aqueles que "somente querem manter posições e garantir sua direção no movimento sindical".

Voz da Unidade

Também o **Voz** dá capa de ABC: "Greve do ABC exige ampla solidariedade para ser vitoriosa". E em editorial na página três, sem reparos de qualquer ordem, conchama todas as forças democráticas a apoiarem a "heróica luta dos metalúrgicos". Esta postura enfática — e nisto nova em relação a uma greve, ainda mais no berço do PT, ressalva também para dentro do jornal: na questão da CONCLAT o jornal sai sem posição, lançando o debate sobre a conveniência ou não da manutenção da data e, para isso, buscando escorar em postura semelhante manifestada na reunião da Pró-CUT por Olívio Dutra, do PT. Sinal de maiores novidades?

A contra capa e as centrais desta edição são dois cartazes. Um propositalmente ocupando as duas do centro, simplesmente convoca para a exibição do filme Pixote, na ABI paulista (!); já o outro, chama o voto ao PMDB... (F.A.)

As teses do PC do B - esquerda

A difícil ruptura com o stalinismo

Uma avaliação das teses programáticas do setor dissidente do PC do B revela inconsistências relevantes e o equívoco maior de não dar conseqüência à crítica das alianças burguesas pregadas pelo stalinismo, optando ainda por atuar parcialmente no PMDB.

Por João Machado

Recentemente, foram lançadas para discussão no interior da esquerda brasileira as "Teses sobre o programa", editadas por um setor do PC do Brasil que se auto-denomina de PC do B-esquerda". Trata-se, na verdade, do setor do PC do B que rompeu com a direção do secretário-geral João Amazonas e que é usualmente conhecido como "dissidência do PC do B".

Muitos dos militantes desta organização participam da construção do PT. Nosso objetivo ao comentar suas "teses" é justamente o de contribuir para o esclarecimento das posições no interior do PT.

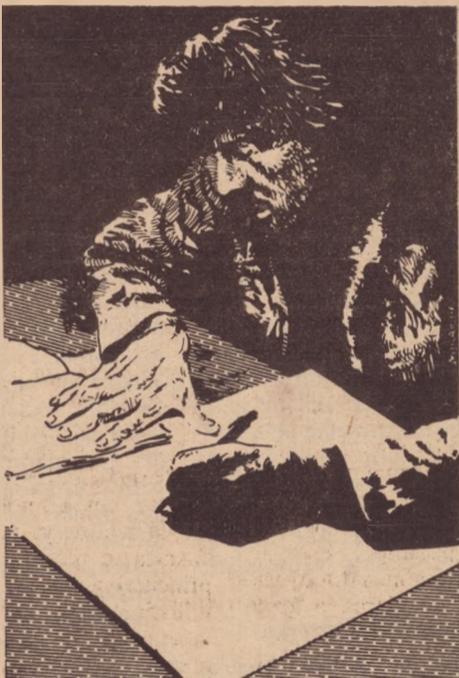
A origem

O PC do B, do qual esta corrente ainda se reivindica, foi formado em 1962 por um núcleo de militantes que participava até alguns anos antes da direção do PCB, isto é, pelos militantes que não aceitaram a crítica de Khrushchev ao "culto da personalidade" de Stálin e a denúncia dos seus crimes, que mantiveram a referência no velho stalinismo. Posteriormente, o PC do B veio a se identificar com o maoísmo, na medida em que o PC chinês, na sua disputa com o PC da URSS, manteve a defesa de Stálin.

Após a morte de Mao, em 1976, e a guinada que se seguiu na China, o PC do B foi se diferenciando das posições chinesas e adotando como guia fundamental o Partido do Trabalho da Albânia e, em particular, seu dirigente, Enver Hoxa. Isto o levou a mudar muitas das suas posições: hoje o PC do B considera que Mao sempre foi um "pequeno-burguês", que jamais dirigiu uma revolução socialista, e nega ter sido maoísta algum dia (com uma incrível cara de pau, é óbvio).

Em todas estas peripécias, do velho PCB ao maoísmo e à linha albanesa, o PC do B manteve algumas constantes: um funcionamento burocrático do partido, bem como uma concepção burocrática do socialismo, e a defesa de uma estratégia para a revolução brasileira de "revolução por etapas", começando com uma etapa democrático-burguesa, onde seria mantida uma aliança com os setores "nacionais" e "democráticos" da grande burguesia. Hoje, o PC do B, que integra o PMDB, luta por um governo de coalizão com a burguesia, apelidado de "governo das forças democráticas e da unidade popular".

A defesa da ditadura do proletariado como o controle direto das massas através de órgãos do tipo soviético, o rompimento com a concepção reformista da "revolução por etapas" e a defesa de um governo que se apoie nas classes e camadas populares, independente da burguesia, são rupturas importantes com a tradição stalinista... Contraditórios, inclusive, com a insistência da esquerda do PC do B em reivindicar a tradição do stalinismo no Brasil.



A corrente que hoje se chama de "PC do B-esquerda" rompeu com o PC do B na época da guinada albanesa, e realizou depois um reexame de várias das posições fundamentais anteriores, fazendo mudanças importantes.

Em primeiro lugar, na questão do funcionamento do partido. O PC do B nunca realizou um congresso. Em 1962 foi organizado por uma conferência, e desde então seu Comitê Central vem sendo renovado por expulsões e cooptações de novos membros. As "Teses" da "esquerda do PC do B", logo na apresentação, ressaltam a importância da realização de um congresso, para que todos os militantes participem coletivamente da decisão quanto à linha do partido.

Em segundo lugar, o stalinismo sempre teve uma concepção burocrática do socialismo e da transição para ele, com a ditadura do partido substituindo a participação direta das massas. A "esquerda", retomando com as concepções marxistas, define a "ditadura do proletariado" corretamente, falando do "controle direto realizado pelas massas operárias... através de órgãos de tipo 'comuna', a serem necessariamente criados e desenvolvidos por elas no curso da revolução". (p.40). Em seguida, apontando um aspecto essencial do stalinismo, a "esquerda" fala da necessidade de um "combate incessante às sobrevivências do burocratismo burguês, inclusive do social-burocratismo, a principal base para a formação, desenvolvimento e consolidação de uma camada privilegiada e anti-operária, para a transformação desta camada em nova classe dominante e para a degeneração do socialismo..." (p.42)

A estratégia alternativa

Igualmente importantes são as rupturas com as concepções reformistas de "revolução por etapas" e de aliança estratégica com a burguesia. O documento "60 anos da fundação do PC do B", lançado pela "esquerda" em São Paulo, caracteriza as posições do PC do B como essencialmente reformistas e crítica a proposta de um "governo das forças

democráticas e da unidade popular" como sendo a defesa de um governo burguês.

A esta estratégia, as "Teses" opõe uma outra baseada nos seguintes pontos:

— reconhecer que o proletariado está no centro da luta (p.12). O PC do B, além de dar uma grande importância à burguesia "nacional", dá um peso especial ao campesinato;

— contra a "formação de uma aliança orgânica com as frações liberais e nacionais da burguesia (p.74), em defesa de um "governo democrático operário e popular", "dirigido pela classe operária", "que se apoie nas classes e camadas populares" (p.62). Apesar da formulação diferente, esta proposta, ao ressaltar a independência com relação à burguesia, aproxima-se muito da palavra de ordem de "governo operário e camponês" ou "governo dos trabalhadores", que integram a tradição do marxismo revolucionário;

— defesa de um "programa mínimo revolucionário" que "resultará numa sociedade em transição para o socialismo". Na verdade, tanto esta formulação quanto as próprias palavras de ordem propostas para o "programa mínimo" se aproximam muito da concepção marxista de "programa de transição", ao partirem das necessidades atuais das massas e apontarem reivindicações que significam a ruptura com o capitalismo e incluem a tomada do poder pela classe operária (p.75/76). Não se trata, na verdade, de um "programa mínimo", que sempre significou no movimento operário reivindicações democráticas e de defesa do nível de vida das massas, que poderiam ser alcançadas ainda dentro do capitalismo.

Debilidade

Ao lado destes avanços, as "Teses" têm muitas debilidades. Ao nível mais geral, programático, podemos ressaltar duas ordens de questões. A primeira, a definição da URSS e dos demais Estados operários como "social-imperialismo" e "neo-capitalismo monopolista de Estado", bem como a definição dos partidos social-democratas e stalinistas (chamados de revisionistas) como "burgueses" simplesmente (p.7 e p.35). Além disso, a defesa abstrata do internacionalismo operário, completamente desligada da defesa de uma Internacional.

A primeira questão é de grande importância. Compreender desta forma é um obstáculo enorme ao entendimento das questões da luta de classes internacional tão importantes como a revolução cubana (que constrói o socialismo, embora com problemas, e é apoiada pela URSS), e toda a revolução centro-americana, como também a estruturação do movimento operário em todo o mundo, com partidos social-democratas e stalinistas tendo grande peso.

Na verdade, os partidos social-democratas e stalinistas, apesar de politicamente burgueses, de veicularem ideologias burguesas (ou pequeno-burgueses), são partidos socialmente operários, têm raízes orgânicas na classe operária (mesmo tendo passado por um processo de degeneração). Desconhecê-lo impede de realizar uma política de frente única operária, e leva fatalmente ao sectarismo

(de recusar frentes com eles em qualquer circunstância) ou ao oportunismo (de defender frentes inclusive com partidos verdadeiramente burgueses).

A segunda questão é igualmente decisiva. Os clássicos do marxismo — Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotski — sempre defenderam na teoria e na prática a necessidade de construir não apenas partidos nacionais, mas um partido mundial da revolução socialista. Foi apenas a degeneração stalinista, com a concepção de "socialismo em um só país", que introduziu no movimento operário a idéia de construir o socialismo, e lutar por ele, a nível nacional apenas. A realidade internacional da luta de classes exige uma organização internacional proletária.

Herdeiro do stalinismo?

Mas é com relação aos problemas no Brasil que encontramos as maiores fraquezas das "Teses".

Espantosamente, nelas fala-se muitas vezes da "construção do partido", mas nem uma única vez é citado o PT. Já no documento "60 anos...", o PT é mencionado como "movimento político amplo, de massa e com características de frente". E nas "Resoluções da Conferência do Pará" da mesma organização aparece o que é de fato a posição da "esquerda do PC do B": "atuar tanto no PMDB quanto no PT"!!!

Prosseguindo nesta maneira absurda (e oportunista) de tratar a construção do partido revolucionário no Brasil, a "esquerda" não apresenta nenhuma análise sobre a situação do movimento operário brasileiro, sobre como devemos nos orientar no movimento sindical, sobre como devemos enfrentar os reformistas etc. Cai numa concepção puramente propagandista de "demarcar o campo com o revisionismo contemporâneo... bem como com as demais correntes reformistas" (p.20).

Finalmente, devemos apontar que as confusões quanto ao PT e demais debilidades do "PC do B-esquerda" têm relação com o erro básico que é expresso já a partir do nome que esta organização adota. Os companheiros, apesar de fazerem críticas profundas, reivindicam a tradição, inclusive organizativa, do stalinismo brasileiro. E assumem a postura — ultimata e sectária (e no caso até um pouco ridícula) e de que já são o partido revolucionário brasileiro.

Mas persistem enormes debilidades. A primeira delas é a classificação absurda da URSS e dos demais Estados operários como "social-imperialistas" que leva inevitavelmente a uma posição equivocada sobre a necessidade da frente única operária. E, no fundamental, persiste uma posição oportunista sobre a construção do partido revolucionário no Brasil mantendo-se uma posição confusa de atuar tanto no PMDB quanto no PT.

A guerra das Malvinas continua movida por forças que sobrepõem as intenções dos governos de Buenos Aires e Londres. Nos quatro últimos dias, cresceu a expectativa do desembarque inglês nas ilhas, o que significaria a guerra total, com milhares de mortes e graves riscos de se estender ao território continental. Não houve invasão até agora, mas tudo indica que ela ocorrerá nas próximas horas. A outra alternativa — a retirada argentina — é apoiada pela maioria da burguesia argentina mas não é aceita pelas forças armadas.

É imperativo a mobilização por todos os meios para deter a agressão. Há que se conscientizar os trabalhadores latinoamericanos, a juventude, todos os oprimidos, que não se trata de uma exigência ditada por um sentido de solidariedade, mas de um imperioso movimento de autodefesa. Se o punho do imperialismo consegue descarregar sua força contra o povo argentino e derrotá-lo, terá dado o primeiro e fundamental passo para retomar a ofensiva e descarregar sobre nossas costas a violenta crise econômica que o abala.

Até agora, a guerra demonstrou que a relação de forças internacional é desfavorável ao imperialismo. Os EUA perderam terreno sem cessar desde o dia 2 de abril. O fracasso de Haig, a desarticulação do TIAR, a morte da OEA, a retirada das tropas mercenárias argentinas da América Central... são outros tantos exemplos desse vertiginoso desenvolvimento dos acontecimentos.

Os trunfos do imperialismo

Afirmar e reafirmar essa dinâmica não significa cantar vitória. O imperialismo tem um enorme poderio militar. Toda a OTAN acaba de se colocar em favor da Inglaterra

Os Montoneros perante a guerra

“ Não há justificativas militares para não ter procedido de modo formal correto (para desembarcar nas ilhas) como se se tivesse apresentado um ultimatum público à Grã-Bretanha para que abandonasse nossos territórios no marco das negociações que se mantinham de acordo com as resoluções da ONU, depois romper as relações diplomáticas, declarando guerra e, só depois proceder militarmente. O que aconteceu é que governam a Nação os militares da guerra suja, cujos métodos inaceitáveis não só acabaram como o direito argentino mas também acreditaram que podia se fazer o mesmo no plano internacional e, assim, trasladaram para o exterior a guerra, sequestrando e desaparecendo opositores políticos radicados fora do país. Também agora pretendem implantar essa mesma doutrina numa guerra convencional entre nações. Vivemos uma situação de guerra exterior em defesa de nossa soberania nacional mas com a inexistência total de soberania popular. É simplesmente absurdo pretender convocar um povo à guerra quando ao mesmo tempo se lhe faz passar fome e se reprime sem compaixão em benefício duma minúscula oligarquia as-

contra a Argentina. E conta ainda com dois elementos de fundamental importância: a covardia das burguesias latinoamericanas que estão se submetendo à chantagem ianque e o fato decisivo de que o próprio governo argentino, a direção mesma da guerra contra o imperialismo, está composta por instituições e homens que dependem em todos os planos do imperialismo!

A dinâmica espontânea e descontrolada que veio se desenvolvendo desde o começo do conflito tem um limite. Sem a mobilização de massas, a expropriação das fábricas e bancos imperialistas, o controle operário para por a produção em marcha e em função das necessidades mais urgentes, o desconhecimento da dívida com os agressores e o armamento geral do proletariado, a formação de comitês de soldados e eleição democrática dos oficiais das forças armadas, uma guerra total contra o imperialismo não pode ser ganha.

Os partidos burgueses e a burocracia sindical têm se ocupado de seus pequenos projetos para substituir a ditadura e deixaram nas mãos dos tiranos, torturadores e assassinos a condução da guerra. As reservas do movimento operário e popular argentino são imensas. Mas atraído pelos partidos e sem organização própria, não pode tomar nas suas mãos a condução da crise. Se a guerra se desencadeia, os trabalhadores se colocarão de pé e farão pagar muito caro a pretensão imperialista. Mas, as direções burguesas e os chefes militares

O Movimento Peronista Montonero, expressão política da organização guerrilheira Montoneros, tornou público um documento sobre a guerra das Malvinas. A seguir publicamos estratos desse documento.

sociada precisamente com os capitais das potências agressoras.

(...) Ninguém se engana sobre o que são e representam os ditadores no poder. Porém, para surpresa deles, as forças populares argentinas responderam unanimemente reivindicando nossa soberania nas ilhas Malvinas e próximas. O povo mobilizou-se para a Praça de Maio.

A América Latina toda manifestou-se solidária com o povo e a Nação argentinos... Desde que se iniciou o conflito, não tomaram uma só medida que permita que a nação autêntica e soberana exerça sua legítima defesa apelando a todas suas forças e armas. Pedem que acreditemos neles. Como poderíamos acreditar se não cedem o poder para um governo representativo, se mantêm presos e desaparecidos os melhores patriotas, se dizem que defenderão as Georgias até o último pingo de sangue quando em realidade hoje a bandeira colonialista britânica substituiu a nossa, se continua com chanceler um agente do capital britânico e

tratarão de se apoiar na guerra para continuar seu combate contra o inimigo que mais temem: o proletariado. A tarefa de forjar sua direção e atacar, a um mesmo tempo, o imperialismo e a ditadura, porém, é uma tarefa do próprio movimento operário argentino, para a qual ninguém pode substituí-lo e para a qual não necessita conselhos mas ajuda.

A ajuda que os trabalhadores latinoamericanos podem dar-lhes é uma ação concreta para exigir dos governos do continente um total, ilimitado e incondicional apoio para a Argentina perante a agressão imperialista. As direções políticas e sindicais do continente serão marcadas historicamente pela posição que adotem perante esta guerra. E uma eventual vitória imperialista faria pagar o mais caro dos preços pela confusão ou pela omissão ante este fato transcendental.

A situação interna

Depois da euforia dos primeiros dias, a população reconheceu a gravidade da situação e o fato de que a ditadura, responsável pelo desastre que assola o país, não pode conduzir à nação nesta emergência. À medida que foi aumentando a decisão de defender a soberania sobre as ilhas, acentuou-se a oposição à ditadura, mas a paralisia dos partidos e as brigas internas da burocracia sindical impedem que essa oposição se traduza na queda do governo militar.

De qualquer maneira, o governo

No momento do fechamento desta edição, o secretário-geral da ONU conseguia mais 24 horas de negociação, enquanto Margaret Thatcher advertia: “não podemos seguir vacilando”. A brecha entre o imperialismo e seus agentes na Argentina se aprofunda, apesar deles.

Na Argentina, procura-se desesperadamente uma alternativa para o governo militar. Galtieri trata de mudar seu gabinete, formando um governo de emergência por seis meses, que daria lugar a outro de “transição”. Mas a guerra está aí. E todos os planos dependem dela. Para os trabalhadores de toda a América Latina, caso se aprofunde a agressão imperialista, cabe pressionar seus governos para se solidarizar de todos os modos, inclusive enviando apoio militar, ao povo argentino.

Por Marcelo Zugadi



foi cedendo mais e mais espaço, insistindo em que se acelerara a abertura democrática. Discute-se um plano de devolução dos sindicatos aos trabalhadores, a revogação da lei que proíbe a CGT, a devolução da obra social aos sindicatos e a volta das Comissões Paritárias para discutir salários e condições de trabalho. Procura-se, em contrapartida, proibir as greves e eventualmente militarizar o trabalho. Aparentemente a burocracia voltou a se dividir perante essa alternativa. Mas o governo não consegue estabilizar-se e embora afirme que não demorará uma abertura democrática não consegue articular seus passos.

A embaixada norteamericana conspira abertamente contra Galtieri, procurando políticos e sindicalistas, e a oligarquia latifundiária financeiro-militar já anuncia aos gritos sua vontade de negociar a qualquer preço para evitar a guerra. À junta está a beira do colapso, sem base de sustentação e a espera desse colapso foi o que tem paralisado o desembarque nas Malvinas. O tempo acabou agora.

Montoneros e a independência de classe

A posição do Movimento Peronista Montonero perante o conflito das Malvinas merece ser difundida e discutida. Os montoneros constituíram no período passado uma das principais organizações na Argentina. Os golpes da repressão os debilitaram ao extremo, mas a rápida e audaciosa resposta que articularam frente ao caso Malvinas demonstra que estão decididos a recuperar terreno.

Durante os anos de auge dos Montoneros, fomos decididos adversários do que criticávamos como métodos alheios ao movimento operário, de suas posições frente-populistas, suas contribuições ao fortalecimento do mito de um Peron favorável ao proletariado e o socialismo, tudo o qual terminou, como se sabe, num desastre político para os trabalhadores e o povo e uma espantosa derrota das organizações guerrilheiras e revolucionárias em geral. Com a mesma firmeza e com as mesmas posições que mantivemos perante os Montoneros naqueles anos em que eram a maior e mais poderosa organização da esquerda argentina, reproduzimos hoje um documento de sua autoria, sem nos preocuparmos pelo desprestígio de sua direção, pelas suas reduzidas forças ou pela dispersão de suas bases, céticas e confrontadas entre si, criticando a direção menos pelas debilidades que mostra e muito mais por seu mérito fundamental: uma firme decisão de luta antiditatorial, que apesar dos erros, não se dobrou perante os conhecidos choros sobre “a derrota profunda”.

1 - Substituir urgentemente o governo vendepátria e vacilante da ditadura militar. Para isso, em última instância, será necessário proceder na emergência com a autoconstituição de um governo provisório que se legitime com uma convocatória plebiscitária na Praça de Maio. Como simples exemplo, isto seria possível através da Multipartidária, ampliada como Multisetorial, a que poderia constituir um gabinete de emergência e propor ao povo um presidente que deve ser plebiscitado por aclamação.

2 - Tendo manifestado nossa classe trabalhadora sua aprovação à encampação e nacionalização do capital britânico radicado no país, é preciso proceder a sua imediata ocupação pelos trabalhadores.

3 - Impedir que a frota inglesa efetue um simples combate militar nas Malvinas, para o qual é necessário povoá-las imediatamente com civis argentinos. O procedimento natural para isso é fazer uma reforma agrária nas ilhas e entregar a terra em propriedade ao cidadão que se translate já para as ilhas para trabalhar e exercer a soberania.

4 - Resistir a invasão inglesa mobilizando e organizando o povo para a defesa armada de nosso território. Isto significa enviar às Malvinas e aos territórios continentais ameaçados, milícias populares constituídas por voluntários. Com esse objetivo deve se dispor a imediata liberdade dos presos políticos e o livre retorno dos exilados. Os militantes e combatentes populares deram provas de sobre de que são capazes de combater efetivamente até a última gota de sangue.

5 - O governo provisório de emergência nacional assumiria com o compromisso explícito de que, uma vez acabado o perigo da guerra exterior, procederá a convocação de eleições gerais livres e sem proscrições, dando lugar assim à satisfação posterior de todas as legítimas reivindicações populares acumuladas em consequência de seis anos de tirania oligárquica.

glaterra e converter a guerra numa confrontação latinoamericana contra o imperialismo. Com isso diferenciou-se da minoria sectária que confunde a realidade com nomes e palavras. Os montoneros assinalaram também como um fator simultâneo da luta antiimperialista, o combate sem concessões, sem etapas, contra a ditadura. E em isso diferenciaram-se de uma esquerda oportunista e reformista que aproveitou o conflito para estender uma ponte até a ditadura.

Nas próximas edições, trataremos de achar espaço para considerar com maior profundidade este tema. Aqui, basta assinalar os méritos do documento que reproduzimos parcialmente e advertir acerca de três questões fundamentais que fazem com que a força da posição dos montoneros esteja acompanhada de debilidades que, se não se superadas clara e expressamente, se converterão numa evolução política que acabará com todo o lado positivo da posição atual.

A ambiguidade dos montoneros

Em primeiro lugar, o documento, que mostra uma elaboração minuciosa, com pontos corretíssimos como a proposta de reforma agrária e a imediata povoação das Malvinas, não estabelece uma linha política para o movimento operário, não lhe confere um papel determinado e diferenciado na luta antiimperialista além da ocupação das empresas inglesas e não marca a urgente necessidade de garantir a sua independência política perante o conglomerado opositor burguês.

Em segundo lugar, e em consequência do anterior, os montoneros fazem uma proposta de governo que consiste, precisamente, no contrário de uma linha in-

Figueiredo e o imperialismo

Rompendo o momentâneo isolamento americano em relação à América Latina que se seguiu à quebra do TIAR, Figueiredo vai a Washington e se apresenta como o interlocutor do imperialismo. A ambiguidade da diplomacia brasileira não se sustenta se confrontada com o papel objetivo que vem cumprindo ao sabotar o crescimento de uma consciência anti-imperialista no continente.

A viagem de Figueiredo aos Estados Unidos mostrou a encruzilhada na qual se encontra o governo e a burguesia em relação com a política exterior.

Desde o primeiro momento da guerra das Malvinas, o Itamarati tentou ficar neutro, reconhecendo a legitimidade da reivindicação argentina sobre as Malvinas mas colocando a questão do método empregado pelo governo argentino para evitar dar seu apoio total a Argentina. É claro que o Itamarati sabe que só pode ganhar nesta situação se a Argentina é derrotada. Uma eventual posse argentina

das ilhas Malvinas daria a Buenos Aires uma preponderância na situação geopolítica pelo papel dos arquipélagos no controle militar do Atlântico Sul. Além disso, uma vitória ou mesmo um empate militar com a Grã-Bretanha significaria um reforço militar argentino que as forças armadas brasileiras não podem ver com bons olhos. E finalmente, a soberania argentina sobre as Malvinas fecharia ao Brasil qualquer reivindicação sobre a Antártida, cuja posse será discutida na próxima década.

Porém, não foi por estas razões que Figueiredo não jogou a força diplomática do Brasil para impor uma retirada da frota inglesa. A verdade é que o governo tinha que decidir se se dispunha a encabeçar o sentimento latinoamericano que despertou a quebra do TIAR e a virtual morte da OEA com a “traição” dos EUA ao apoiar a Inglaterra ou, pelo contrário, voltava ao passado se colocando incondicional e integralmente junto com Washington para garantir a contra-revolução no continente. Para se ter uma idéia do clima existente quando Fi-

como questão decisiva a organização política independente dos trabalhadores. Isso levaria os trabalhadores para alheiar sua força e entrar num beco sem saída, passo que precederia uma derrota muito pior e mais custosa do que a de 1976, porque a situação nacional e internacional é mais grave e a guerra antiimperialista pode se converter numa guerra contra as massas.

Organizar um partido operário

Os montoneros podem colaborar significativamente para a criação de um Partido Operário Independente (um PT) — para o qual o movimento argentino tem já uma experiência riquíssima, a do Partido Laborista que deu origem ao peronismo — terminando com a idéia de manter exploradores e explorados, opressores e oprimidos, contra-revolucionários e revolucionários, num Movimento Peronista sem distinção de classes.

A necessidade de substituir imediatamente a ditadura não pode levar a se propor um governo dos que permitiram em silêncio durante cinco anos os crimes do governo militar. A proposta de um governo da CGT e das organizações operárias e populares, embora possa parecer menos viável no imediato, é o caminho para os trabalhadores. E a perspectiva de eleições para uma Assembléia Constituinte, convocada por esse governo dos trabalhadores e do povo, deve ser a designa para se referir a todos os aliados do movimento operário que anseiam sinceramente a democracia. A defesa da independência organizativa e política dos trabalhadores é o fator decisivo. A aliança de classes leva ao desastre. Já aconteceu uma vez e não é possível repetir o erro.

gueiredo encontrou Reagan, deve-se lembrar que Galtieri tinha proposto que a sede da OEA passasse de Nova Iorque para Brasília!

Figueiredo não definiu a posição com clareza. Proclamou o Brasil como um país do terceiro mundo mas falou da solução negociada quando qualquer um sabe que a única negociação possível hoje é a retirada argentina das ilhas. Essa ambiguidade, porém, é toda uma definição. A burguesia brasileira se ajoelha perante o patrão imperialista e renuncia à oportunidade histórica de se apresentar como líder do continente, com uma posição de confronto com os EUA. Eis aí a vitalidade da burguesia nacional!

A aparente equidistância do Itamarati não tem futuro. Com a guerra total ou com a paz negociada, a Argentina não voltará a ser a ponta de lança do imperialismo para garantir a contra-revolução. E não há outro país senão o Brasil para substituí-la. A terceira posição não existe além das palavras. Figueiredo votou já pela linha de total subordinação ao imperialismo, mesmo que isso, que depende inteiramente do desenvolvimento da situação interna, não se expresse no imediato.

As Malvinas e a América Central

A natureza da guerra nas Malvinas está se mostrando claramente com as repercussões do conflito na outra área conturbada do continente: a América Central. A notícia que já demos na edição anterior, foi confirmada pelo governo nicaraguense: “a argentina, que mantém assessores militares na América Central para apoiar os Estados Unidos contra os guerrilheiros de El Salvador, retirou tudo, numa mudança radical, de ruptura”. Essa declaração foi feita por Sergio Ramirez, membro da junta de governo na Nicarágua.

Os dirigentes da FSLN compreenderam rápida e corretamente a dinâmica do conflito no Atlântico Sul e tal como Ramirez ressalta, “Nicaragua foi o primeiro país a expressar seu apoio à Argentina”. Agora, disse Ramirez, “a política latinoamericana do presidente Reagan está em crise: não existem as condições para uma intervenção (norteamericana) direta para apoiar as ditaduras militares, na América Central”.

Em torno da questão concreta da guerra e da atitude a ser adotada pelos governos continentais, a FSLN foi também clara e, junto com Cuba, a vanguarda da mais decidida posição de apoio ao povo argentino. Bayardo Arce, comandante da FSLN e coordenador da comissão política da Frente, declarou que se Buenos Aires tem necessidade e solicita ajudar militar “Nicaragua a oferecerá de imediato”. Arce esclareceu que “Não é que nós sejamos uma potência militar ou que tenhamos fragatas ou naves ou encouraçados. Mas temos milhares e milhares de combatentes contra o colonialismo e isso estamos dispostos a oferecer ao povo argentino”.

Uma prova da mudança da situação na região é dada pelo fato de que o governo de Honduras, que há poucas semanas atrás rejeitou um plano de paz proposto pelos sandinistas, convidou agora ao governo revolucionário para uma reunião nos máximos níveis militares de ambos os países, para discutir o tema da paz na América Central. A reunião terá lugar no dia 20, numa aldeia fronteiriça chamada La Fraternidad.

A solidariedade no Brasil PT e pró-CUT repudiam o imperialismo e a ditadura

A combinação de uma posição anti-imperialista com a defesa clara da necessidade da derrubada da ditadura argentina foi o tom de posicionamento de importantes setores da oposição no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores, através da sua Secretaria de Relações Internacionais, manifestou a sua solidariedade "com a luta do povo argentino na reconquista da soberania das ilhas Malvinas" e, ao mesmo tempo, se declarou "absolutamente contrário ao governo militar ditatorial argentino que não representa nem a Nação, nem o povo argentino. Propõe ainda a luta pela superação do atual regime militar "por um governo de unidade popular, representativo do povo argentino" sem no entanto explicitar os pontos que unifica-

riam um tal regime e as classes sociais sobre as quais apoiaria a sua direção.

Reunida no Rio de Janeiro no dia 10 de maio, a comissão pró-CUT "hipotecou a solidariedade ao povo argentino, em seu legítimo direito sobre as ilhas Malvinas" ao mesmo tempo que "repudia o papel desempenhado pelo governo americano de apoio declarado às pretensões colonialistas inglesas". A seguir, frisa que "apoiamos o povo não só em sua luta pela soberania do seu território, mas também por uma sociedade livre e socialmente justa. "Ao final, uma escorregadela: demonstrando uma justa preocupação com a escalada das operações militares, a pró-CUT "apela às partes envolvidas para que cessem imediata-

mente as hostilidades" esquecendo-se que o apelo (e as pressões) devem se dirigir prioritariamente à ação militar inglesa que deve respeitar o direito argentino à posse das Malvinas e cessar a agressão ao povo daquele país.

Não apenas nos documentos ficou a solidariedade ao povo argentino.

No dia 13 de Maio, em Porto Alegre o Comitê de Solidariedade ao Povo Argentino promoveu uma manifestação que teve a participação de cerca de 200 pessoas. "Fora o imperialismo e a ditadura militar! Malvinas si, Ditadura no!" foram os lemas do ato que foi afinal reprimido por um batalhão de choque da Brigada Milita-

Uruguai

Novas prisões

Maria Cecilia Duffan Echevarran é um jovem que foi sequestrada no dia 18 de março passado em território brasileiro pela ditadura uruguaia. Com isto a sanguinária ditadura do Uruguai não só pratica mais um crime da sua longa lista, mas também mais uma vez demonstra que o governo brasileiro faz vistas grossas a este tipo de prática levada adiante por aquela ditadura e por isto é conivente com ela.

No caso de Lilian e Universindo Dias, ficou demonstrado que a polícia do Rio Grande do Sul teve uma participação ativa. Neste caso, não sabemos. Não apareceu nenhum jornalista na hora. Foi um sequestro perfeito. Só teve uma falha, com a qual não contava a ditadura uruguaia: o desenvolvimento da consciência democrática do povo do país irmão. A luta pelas liberdades democráticas naquele país possibilitou que tivéssemos conhecimento deste sequestro. Que

tivéssemos conhecimento que Maria Cecilia tinha vindo ao Brasil visitar a sua irmã que é refugiada pelas Nações Unidas no Brasil. Este foi o seu "crime". Por ele, foi sequestrada, torturada e esta sendo processada.

A prisão de Maria Cecilia, no entanto, faz parte de uma onda de novas prisões que esta havendo naquele país. Jorge Frutos (operário têxtil), Diogo Angel Nigro (operário de construção Civil) e Ulises Marshal Nigro (operário da Alpargatas) fazem parte desta lista. Nós, do **Em Tempo**, chamamos a todos os democratas do Brasil a darem apoio ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos, movimento que luta pelas liberdades democráticas no Uruguai. Chamamos também a todas as forças democráticas brasileira a lutarem para que o governo brasileiro exija da ditadura uruguaia a devolver todos os que foram sequestrados no Brasil.

Polônia

O Solidariedade volta às ruas

Quase seis meses após o golpe de Estado de 13 de dezembro último, os burocratas do Partido Comunista polonês (POUP) não conseguiram, como o pretendiam, "normalizar" a situação política e econômica do país. Prova disto foram as recentes mobilizações dos milhares de trabalhadores poloneses que saíram às ruas para exigir a "libertação de todos os presos políticos" e a "suspensão da Lei Marcial".

Esse imenso movimento que estourou no dia 1º de maio — organizado e deflagrado pela recém-formada "Coordenação Provisória do Solidariedade" — ocupou as principais cidades como Varsóvia, Gdansk, Elblag dentre outras, aos gritos de "abaixo a ditadura", "libertem Lech Walesa!", "prendam Jaruzelski!".

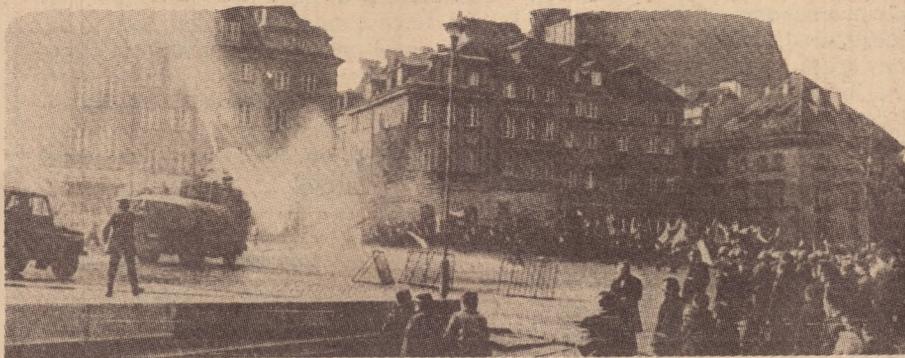
A "ordem" pretendida pelos burocratas significou um aumento nos preços de 300 por cento, a escassez de quase todos os gêneros básicos alimentares e uma queda de 40 a 45 por cento na produção inicialmente planejada para as grandes fábricas, segundo o próprio organismo central de estatísticas do governo. Nesse clima, era de se esperar que a pressão social, somente desbaratada com a avalanche repressiva do golpe de Estado, voltasse a fervilhar nas fábricas e a tomar as ruas de assalto.

Um mês de greves

Durante os meses de março e abril, toda uma série de greves foi desencadeada em centenas de fábricas importantes em todo o território polonês. É verdade que eram greves simbólicas — não mais de 15 minutos — mas elas começavam já a dar mostras da capacidade de organização dos dirigentes do Solidariedade que se encontravam na clandestinidade. Fábricas como a "URSUS" em Varsóvia, ou os estaleiros "Lênin" em Gdansk, voltavam de novo à cena política, organizando não só boicote à produção mas passando já a

Promovendo manifestações, realizando greves simbólicas nas fábricas, organizando uma rádio clandestina e uma coordenação nacional provisória, o Solidariedade volta à cena política.

Por Wagner Cardoso



Varsóvia: a polícia reprime a manifestação do dia 3 de maio

formas de greves localizadas, parciais com uma coordenação nascente, entre as seções das fábricas, assumindo até estruturas inter-regionais.

Além desse movimento emergente de greves, um outro fato marcou profundamente a reorganização do Solidariedade: a criação, em 12 de abril, da **Rádio Solidariedade**, que abrange toda a região de Varsóvia. Depois da instalação da rádio, mesmo com as recentes ações repressivas das forças policiais, destruindo parcialmente suas instalações, o nível de organização deu um salto importante. As palavras-de-ordem, emitidas pela rádio são recebidas e logo retransmitidas nacionalmente pelos "grupos de militantes", segundo a direção do Solidariedade na clandestinidade.

A Coordenação Provisória Nacional e o 1º de Maio

Mas o fato mais importante mesmo destes últimos meses na luta dos traba-

lhadores poloneses contra a ditadura burocrática de Jaruzelski, foi a constituição em 22 de abril da Coordenação Provisória do Solidariedade, a nível nacional. Foi ela que através de uma comissão composta de quatro membros — Bujak (Varsóvia), Frasyuniuk (Wroclaw), Hardek (Cracóvia) e Bogdan Liz de Gdansk — todos membros nacionais do sindicato na clandestinidade, conseguiu reorganizar o movimento regionalmente e dar um caráter massivo às várias mobilizações do 1º de Maio.

"A sociedade foi privada de seus símbolos — diz um dirigente sindical num dos 1700 jornais clandestinos que surgem todos os dias — Todos eles foram apropriados pelo poder. O 1º de maio é um exemplo disso. Nós decidimos retomá-lo por nossa própria conta."

No dia 3 de maio, data aniversário da proclamação da primeira Constituição democrática na Polônia, em 1791, novamente os trabalhadores a mando do Solidariedade saíram aos milhares para as

ruas de todo o país. E a resposta dos burocratas foi dura: muita pancadaria nas ruas, mais centenas de prisões e reinstauração do toque de recolher, proibição de circulação dos carros particulares (foram eles que bloquearam o centro das principais cidades, impedindo a repressão de lá chegar, quando das mobilizações), censura das comunicações telefônicas. Medidas aliás, que o poder já começara a abolir no final de abril.

"Luta de posição"

Todas essas ações dos trabalhadores poloneses que começam a ressurgir e fazer tremar novamente os governantes, obedecem fundamentalmente ao que a nova direção do Solidariedade chama de uma "luta de posições", e que foi muito bem definida por Bujak, vinte e oito anos, operário das fábricas URSUS, e principal dirigente do sindicato em Varsóvia. Em entrevista ao jornal francês **Le Monde**, ele diz que, a reorganização do sindicato foi difícil mas que aos poucos está sendo retomada: "Em Lodz e em Katowice, as milícias golpearam forte as estruturas do sindicato, que começa a renascer em Poznan e se consolida em Szczecin. É nas fábricas de Wroclaw que a organização é a mais sólida, mas em Varsóvia (onde o sindicato possui "mais de dez mil militantes ativos"). Gdansk (onde se "estuda a arte militar") e em Cracóvia, é que a coisa promete pegar fogo". Ele agrega também que apesar da "vontade de alguns militantes em superestimar a realidade, a massa hoje, vislumbra uma série de ações passivas, capazes de preparar, quando possível, as greves, assim como os compromissos necessários a que o sindicato retome seu lugar." E conclui que "apesar da generalização dos grupos de militantes do Solidariedade, atravessamos uma etapa de luta de posições: criando uma resistência tão universal que criará uma vida social independente do poder, construída em torno das estruturas populares clandestinas que hoje se proliferam."

Pró-CUT põe em debate o adiamento da II CONCLAT Cresce o impasse no movimento sindical

Uma decisão de suma importância para os rumos do movimento sindical brasileiro foi tomada pela comissão pró-CUT em sua reunião última, realizada no dia 10 de maio. Com base "nas polêmicas existentes nos vários estados", a pró-CUT encaminhou a discussão sobre a realização da II CONCLAT nos prazos previstos ou o seu adiamento.

A pró-CUT sugere ainda que as inter-sindicais estaduais reúnem-se para discutir o assunto e que o mesmo seja feito nos ENCLATs a serem realizados no mês de junho. Como fórum de deliberação da questão, convoca a plenária da comissão pró-CUT, e não apenas a sua executiva, para uma reunião a ser realizada em Brasília, no dia 5 de junho. Até lá, recomenda, os preparativos para a II CONCLAT não deverão sofrer alterações, dada a possibilidade da realização da mesma vir a ser referendada.

Por Luci Ayala

Quando em janeiro deste ano, Antonio Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de S. Paulo, enviou a proposta de adiamento da II CONCLAT a cinco mil sindicatos do país, a resposta da comissão pró-CUT foi imediata, reafirmando a necessidade da realização da conferência. No entanto, a proposta parece ter surtido seus efeitos pois, usando como argumento a polêmica existente nos estados, a pró-CUT em sua última reunião do dia 10 de maio encaminhou às inter-sindicais e aos ENCLATs a discussão sobre o assunto.

Uma primeira questão a ser levantada é quanto ao caráter problemático de um adiamento significativo, pois a II CONCLAT foi marcado em um fórum nacional, no evento mais massivo e representativo que o movimento sindical brasileiro já conseguiu realizar, com a participação de mais de cinco mil sindicalistas.

Uma segunda CONCLAT com uma participação inferior a do ano passado refletiria, em primeiro lugar, o avanço ou refluxo do movimento sindical e, em segundo, o trabalho realizado para sua preparação, o que coloca na berlinda a própria comissão pró-CUT.

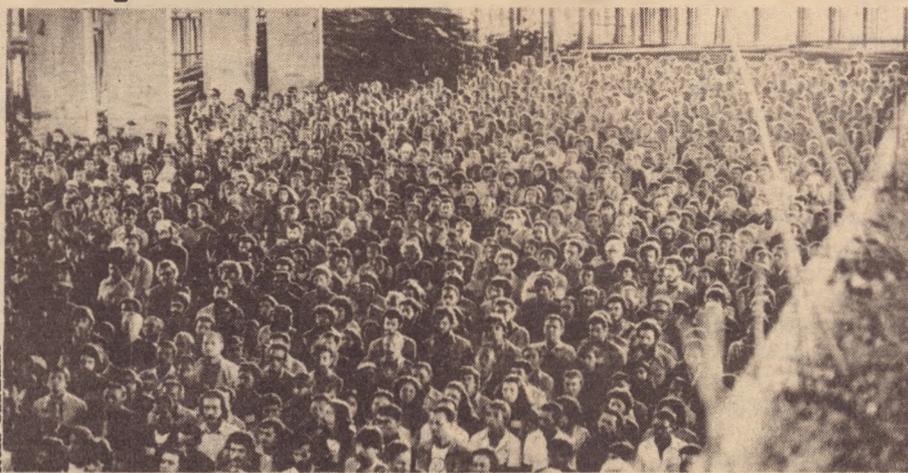
Ao investigarmos as razões da proposta de adiamento, um primeiro argumento que surge é o fato de este ser um ano eleitoral, que atrapalharia o trabalho de organização da CONCLAT. Sem dúvida, que o descompromisso de alguns sindicalistas com a organização de suas categorias os deixariam mais "livres" para o trabalho eleitoral. Isso só pode ser visto numa perspectiva eleitoralista, de quem dissocia a participação nas eleições de um trabalho efetivo de organização dos trabalhadores, substituindo a luta de classes pelos acordos palacianos.

O Encontro Estadual de Sindicalistas do PT-SP será realizado nos dias 22 de junho, com bases em delegados eleitos em plenárias de sindicalistas por município ou categoria.

Este é, sem dúvida, um passo fundamental não apenas para o Partido, que ainda não tem uma intervenção sindical organizada e coerente, quanto para o movimento sindical em geral, que vem se ressentindo da ausência de propostas políticas e organizativas capazes de fazer avançar a luta.

Com base nas plenárias já realizadas pode-se prever que as questões centrais a serem discutidas serão quanto a organização do movimento sindical a nível nacional — CONCLAT, CUT e Intersindicais — bem como a organização do PT, tanto ao nível interno quanto em sua intervenção no movimento.

O PT deve avançar nestas questões com um posicionamento claro contra o adiamento da CONCLAT, como ocorreu na plenária dos professores, adiantando as tarefas organiza-



Os ganhos da I CONCLAT se perderam pelos erros e omissões da pró-CUT

No entanto, esta não é a razão mais importante já que a proposta de adiamento é uma consequência dos erros seguidos e das omissões da própria pró-CUT. Criada para coordenar o plano de lutas aprovado na CONCLAT bem como as tarefas organizativas que possibilitassem massificar e criar a CUT pela base, não cumpriu nenhuma de suas tarefas. As mobilizações previstas não foram efetivamente encaminhadas; as greves por fábricas e categorias isoladas que pipocaram durante todo o ano não tiveram nenhum canal de generalização e a pró-CUT não serviu sequer para articular campanhas de solidariedade aos grevistas.

Os erros e omissão da pró-CUT

O 1.º de maio não foi unitário, servindo apenas como medidor de forças das tendências que atuam no movimento. E ao invés de encaminhar a construção da CUT promovendo os organismos de base, a pró-CUT, dando um evidente giro

à direita, tenta por todos os meios ampliar a importância das federações e confederações (organismos em sua quase totalidade dominados por pelegos). Não pode também passar despercebido o fato de que a proposta de adiamento toma corpo justamente no momento em que o movimento sindical apresenta evidentes sinais de recuperação, com as greves vitoriosas dos metalúrgicos de Niterói e de S. Bernardo, esta última tendo como saldo a quebra da unidade dos patrões e a tendência a generalização das greves por fábrica (ver matérias nesta edição).

As tarefas da II CONCLAT

A realização da II CONCLAT teria, portanto, como um dos seus eixos a avaliação do trabalho da comissão pró-CUT e a busca de alternativas organizativas e políticas para o movimento. Isso passa, necessariamente, por uma avaliação política das forças que compõem a comissão e de seus diferentes projetos políticos.

A polêmica de fundo

O debate em torno ao adiamento da CONCLAT está cumprindo um outro papel, que é o de por em segundo plano a polêmica, esta sim real e presente no movimento sindical, sobre a questão da criação da CUT este ano.

Na primeira CONCLAT foi definido um método para a construção de uma central sindical que seja, de fato, um instrumento da classe trabalhadora em suas lutas: a CUT deve ter como referência a experiência de lutas unificadas dos trabalhadores e com base nos organismos de base das categorias. Não significa que estas condições devem estar prontas, mas sim que devem estar sendo implementadas, construídas no dia a dia das lutas do tra-

balhadores. É evidente que estas condições não foram construídas e é mais que provável que não ocorram até a data de realização da CONCLAT.

Por outro lado, o movimento vem apostando para alguma recuperação em sua capacidade de luta e mobilização que não pode ser desprezada. Mais do que isso faz-se necessário apostar em sua capacidade de generalização e lutar para construir os canais para sua organização. A existência desses movimentos, vitoriosos, porém atomizados é o depoimento mais evidente da falência da pró-CUT, que manteve-se ausente dessas lutas, sendo também o argumento maior para a realização da II CONCLAT.

Encontro de sindicalistas do PT

tivas necessárias a sua realização. Os militantes petistas devem ser os campeões na preparação de suas categorias para os ENCLATs e CONCLAT e na formulação de propostas que democratizem as Intersindicais. Por outro lado devem tirar um posicionamento que só aceite a construção de uma CUT que reflita a luta dos trabalhadores e seja organizada pela base.

Por outro lado é importante que o partido debata a ANAMPOS, apoiando sua existência, atuando em seu interior, de forma a transformá-la, de fato, em uma tendência sindical democrática, combativa, enraizada no movimento. Mas é preciso salientar que a ANAM-

POS carece de uma direção política e, para que esta articulação avance se faz necessário que o PT atue em seu interior como uma força organizada. Isso significa que a ANAMPOS não substitue uma intervenção organizada do PT no movimento sindical, mas, ao contrário, implica numa maior articulação do movimento sindical do Partido.

Os núcleos por categoria e por local de trabalho tem encontrado cada vez maior aceitação por parte dos ativistas sindicais que hoje, aos milhares, não encontram dentro do partido espaço para discutir sua intervenção. E não basta uma orientação genérica do Encontro Sindical quanto à formação de núcleos

Constituída em sua maioria por setores da extinta "Unidade Sindical", pelegos e reformistas de diversos matizes, a pró-CUT foi transformada em apenas um aparelho, ausente da luta dos trabalhadores, numa política coerente de seus protagonistas em conter o movimento de massas, apostando em um pacto social com setores da ditadura.

Por outro lado, os setores mais combativos do sindicalismo, minoritários no interior da Comissão, sistematicamente perdendo propostas no seu interior, acabaram por diminuir sua participação no interior do organismo, também não jogando peso em massificar as deliberações da CONCLAT. Contando apenas com a ANAMPOS - Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais — não conseguiram agir como setor coeso que, apesar de minoritário, pudesse, em suas bases, exigir uma maior intervenção da pró-CUT.

No caso da ANAMPOS, ela poderia cumprir algum papel nesse processo se realmente se propusesse a se constituir numa articulação enraizada no movimento sindical, ao invés de um organismo fechado, distante e desconhecido das bases, que reúne apenas sindicalistas escolhidos por convite pessoal. Heterogênea politicamente, sem enraizamento, essa articulação só poderá vingar se de fato assumida e massificada pelos militantes do PT, com base na linha sindical que está sendo definida.

A urgência das intersindicais

Mas não basta apenas exigir a realização da CONCLAT. Faz-se necessário um efetivo trabalho para a sua realização, massificando os ENCLATs, marcados para o mês de junho. Cabe a todo sindicalista encaminhar em suas categorias os debates sobre a pauta da Conferência, centrando fogo na avaliação do movimento, propostas organizativas e políticas e a convocação de assembléias para a tirada de delegados.

É urgente para o movimento a constituição de inter-sindicais estaduais criadas não a portas fechadas, em reuniões de dirigentes sindicais, mas com respaldo em conferências de base, contemplando tanto a representação por categoria, mas também por regiões. É essa é uma tarefa que deve ser implementada a nível nacional, no único fórum que o movimento ainda pode reconhecer, a II CONCLAT, já que a pró-CUT não tem mais nenhuma legitimidade frente ao movimento. Diante deste quadro, é inaceitável o adiamento da CONCLAT para qualquer futuro longínquo, sendo admissível, no máximo, apenas um breve retardamento de sua realização.

por categoria. É necessário redefinir um espaço orgânico para sua atuação no interior do partido.

A plenária de metalúrgicos de S. Paulo aprovou orientação precisa, que vincula os núcleos de categoria aos diretórios de base, garantindo a opção dos núcleos aos diretórios mais condizentes com sua intervenção sindical. Essa proposta — que implicaria numa mudança de regimento interno do Partido que hoje prevê a vinculação do núcleo por categoria ao Diretório Estadual — possibilitaria a intervenção dos ativistas sindicais mais diretamente na vida de seus diretórios, ao mesmo tempo que envolve, pela base, o Partido na discussão do movimento sindical. Além disso foi aprovada nas plenárias dos metalúrgicos e dos professores a realização de plenárias de militantes sindicais antes de acontecimentos importantes em suas categorias e o fortalecimento das secretarias sindicais.

A greve em São Bernardo exceção mostra a regra

Por Régis Moraes

Novamente João Ferrador: o mesmo metalúrgico de S. Bernardo que os patrões, governo, pelegos e reformistas declaravam morto. São Bernardo aponta para o país a utilização combativa do sindicato que temos e a construção do sindicalismo que queremos, na organização a partir das fábricas. Aponta ainda uma política operária que exige a modificação do modelo econômico do país. Mostra a diferença entre uma CUT de gabinete e uma central construída a partir das lutas. Nesse processo, S. Bernardo age como a referência e a âncora para milhões de trabalhadores e centenas de sindicatos do país, bombardeados pela repressão, crise econômica e "ceticismo de encomenda" alimentado pela propaganda governamental e pelo peleguismo de todas as cores. A compreensão desse processo é fundamental para que a vitória dos metalúrgicos não seja uma exceção, mas a regra.

A greve em S. Bernardo é mais uma vez um novo marco na história do movimento operário brasileiro, não há dúvida. Mas, qual a sua origem e quais os seus desdobramentos?

Muitos viram com surpresa a eclosão do movimento. E, efetivamente, a disposição dos grevistas estava além do previsto até mesmo por grande parte dos ativistas e diretores sindicais. Mas a situação em que a greve surgiu aponta alguns dados importantes. Em primeiro lugar, as montadoras estão trabalhando com estoques de poucos dias, para economizar capital de giro, diante do alto custo do dinheiro imobilizado, conforme declarações de próprias fontes empresariais. Ora, o mês passado foi relativamente melhor em vendas enxugando parte desse estoque. Um porta-voz das automobilísticas chegou a declarar uma "ampliação tímida dos níveis de produção" (*Gazeta Mercantil*, 11/5). É um jornal que frequentemente reflete opiniões de industriais sai, no dia 12/5, com a manchete: "Produção industrial parou de cair".

Esses dados poderiam, por si só, contestar a teoria de que se estava numa "hora imprópria", conforme o Ministro do Trabalho, seguido por vários dirigentes sindicais pelegos e reformistas. Mas, ainda que a hora não fosse a melhor, o que esse tipo de argumento esconde é que a atuação dos homens modifica a situação "objetiva", e, nesse caso em particular, modifica fundamentalmente, a divisão de responsabilidades na hora de "pagar a crise". Uma política sindical "pactista" afirmaria ser melhor um acordo sem luta, em função das dificuldades econômicas do país. Com isso, ela influi negativamente sobre as próprias condições "objetivas", isto é, o funcionamento da economia, entregando aos empresários, confiantemente, uma carta assinada em branco, para que eles decidam onde investir, quem empregar e o que fazer do país.

A greve não voltou a 1978

O leitor do *Em Tempo*, contudo, deve ter percebido, principalmente se observar os números 143 a 148, que debaixo da aparente "calma" dos acontecimentos, um embrião forçava a casca e esperava nascer. No nº 143, se iniciava a notícia dessas lutas por fábrica. No nº 144, retratando o metódico e paciente trabalho da diretoria sindical (também espelhado no nº 146), se afirmava como um "treino para a greve geral" a unificação de uma campanha combativa do interior. "A classe trabalhadora do país está de olho no ABC. Os operários de S. Bernardo não estão desmoralizados nem esmorecidos. Procuram a forma de luta conveniente para 1982, e a pista é a série de mobilizações por fábrica que tem havido nos últimos meses" — isso era escrito para o *Em Tempo* nº 146, em 21/3. A pista era essa, e a decisão foi anunciada, claramente, no discurso de Lula em 1º de Maio (ET nº 148).

Mas se não há propriamente surpresas na história, há fatos novos nessa greve, que a distanciam tremendamente daquela



A greve com ocupação da fábrica: passeata na Mercedes

que, em 1978, se iniciou na Scania. "Não se pode voltar ao passado", dizíamos. E, efetivamente, não se voltou. Os metalúrgicos encontraram **diante de si** uma situação econômica e política diferente. Encontraram **dentro de si** uma experiência sindical acumulada e um nível de consciência política talvez inédito, pelo seu caráter massivo, na história do movimento operário brasileiro. Encontraram uma nova FIESP, mais experiente, mas também mais dividida, pelas diferentes repercussões da crise econômica. Mas, em todo o caso, uma FIESP endurecida, e cuja divisão só poderia vir a público por uma pressão mais forte do movimento operário.

Desta vez, os metalúrgicos não se limitaram a cruzar os braços. Concentrando-se diante dos prédios de relações industriais, realizando passeatas no interior das empresas, arrombando as portas e obrigando à realização de assembleias do sindicato no interior das fábricas, naquilo que se chamou "operação resgate", conseguindo a imediata adesão de outras cidades, os trabalhadores trouxeram para a noite alegre dos empresários o pesadelo da "ocupação das fábricas". E a nota do Sindicato das

montadoras confessa esse terror. Todos esses fatos aprofundaram o "racha" da FIESP e a desmoralização do pacto patrões-pelegos, através da Federação dos Metalúrgicos.

Os desdobramentos

Acusados de "terroristas" pelos empresários, os trabalhadores tomam maior consciência de quem é o verdadeiro terrorista, nas fábricas e no país. Acusados de pressionar os companheiros indecisos, os operários perguntam porque a Filtrobrás recuou no acordo que tinha firmado, logo depois da "prensa" da FIESP. A greve ensina.

Mas ensinou muito mais, e para milhares de operários. Ensinou que o poder é de uma classe social e que as leis são feitas por essa classe e que deveriam ser feitas pelo povo trabalhador. Porém, o que ela ensinou de imediato foi que é possível dobrar os patrões muito mais facilmente quando se estende o movimento para fora de uma categoria. A tentativa de unificação da campanha dos metalúrgicos é, por isso, um ensaio para novas greves localizadas e para a greve geral. E é um exemplo em miniatura de como se irá construir uma Central Única dos Trabalhadores, apoiada nos organismos e lutas da base do movimento. Quem não souber ler esses fatos, nessa história que é escrita nas ruas e fábricas, condena-se à surpresa, nem sempre agradável.

E para aqueles que, no 1º de Maio da Praça da Sé (ET nº 148) lançavam a resolução dos problemas operários para o 15 de novembro, a greve foi um aviso de que, para chegar a algum novembro é preciso atravessar muitos maíos.

A Greve, dia-a-dia

10/5 — São paralisadas a Volkswagen (24 mil horistas), Ford (10 mil), Scania (2500), Rolls Royce (400), Filtrobrás (250). Várias empresas já entregam os envelopes de pagamento com os 7% de produtividade negados pelo Tribunal (Termomecânica, Resil, e outras, num total de cerca de 5000 operários).

O empresário Roberto Della Manna, coordenador do grupo 14 da FIESP, declara taxativamente que não serão reabertas as negociações e que a alternativa para os metalúrgicos é aceitar o acordo assinado com a Federação (estadual): "cedermos no índice, daqui a pouco teremos que ceder a estabilidade e o delegado sindical". A manchete do "Estado de São Paulo": "Greve prejudica o trabalho" (11/5). Murilo Macedo afirma ser uma "hora imprópria" para greves, que os "operários devem obedecer a lei" e que a paralisação tem fundo político-partidário.

11/5 — A FIESP solicita ao Tribunal declaração de ilegalidade da greve. A paralisação se estende ao interior: em Jacaré, região de S. José dos Campos, mil operários da metalúrgica Schrader tomam a dianteira, cruzando os braços e realizando assembleia dentro da fábrica; em Sertãozinho (sindicato de Ribeirão Preto),

3 mil, num total de 10 mil metalúrgicos, estão em greve.

12/5 — A greve amplia-se em Sertãozinho, onde os operários paralisam antes as pequenas empresas e organizam piquetes para atingir as grandes. Também em S. José o movimento se alastra, parando a Inbrac e a Erickson. Realizam-se assembleias na Engesa (equipamento militar) e na Hitashi. Duas empresas dessa cidade já pagam os 7%.

A Filtrobrás, de S. Bernardo, que tinha aceito pagar 9%, além de piso salarial de 26 mil e estabilidade de um ano, volta atrás, ao que tudo indica, por pressão direta da FIESP.

Realiza-se reunião de "conciliação" no TRT, em S. Paulo. O sindicato sugere que pode se estender a toda a categoria a greve das montadoras, caso não haja um bom e rápido acordo.

13/5 — O "democrático" jornal "Estado de São Paulo" adverte, em editorial, que a greve é um atentado à lei e uma violência, obra dum partido que quer implantar o socialismo. Em troca, elogia o pelego da Federação, Argeu.

O TRT promove nova reunião de conciliação, com a proposta dos 5,5% não escalonados, além de uma série de

conquistas que tinham sido retirados pelo TST e que superam o acordo feito entre FIESP e Federação dos metalúrgicos. A reação da FIESP é clara: "nada além do que assinamos com a Federação, nada de acordo em separado". O empresário Walter Sacca ameaça: "o Sinfavea (sindicato das montadoras de automóveis) não pode aceitar os 5,5%, para não dividir os empresários".

A greve se alastra em Sertãozinho e S. José, onde mais 4 empresas pagam os 7%. Em Taubaté, a fábrica da Volks pára, por falta de componentes que deveriam vir de S. Bernardo. Já são 9 mil os veículos que as montadoras deixaram de produzir.

14/5 — O Sinfavea aceita a proposta do TRT, "com o objetivo de manter a paz social que via seriamente ameaçada". A presidência da FIESP e o coordenador do GRUPO 14 condenam essa atitude, "precedente perigoso, pois, sem respeito à ordem jurídica, não há economia que se mantenha nem relações de trabalho que se sustentem: não foi uma contribuição à democracia que tanto almejamos".

15/5 — Assembleia de 20 mil metalúrgicos, no já histórico Estádio de Vila Euclides, ratifica o acordo proposto em 13/5.

Linha de Montagem

Documentário sobre as greves de 1979 em São Bernardo do Campo. Em exibição no Masp - (pequeno auditório) - De 17 a 22 de maio, 20:30h; 23 de maio, 17:00h; 24 a 29 de maio, 20,30h. e 30 de maio, 17:00. Após as sessões haverá debates com as lideranças sindicais que conduziram o movimento grevista em 1979 e 1980. Ingressos: Cr\$ 200,00.

A greve na EMBRAER

Aprendendo as artes da briga

Greve na fábrica, passeatas no pátio da empresa, pressão direta contra os patrões. É o sopro que vem de São Bernardo e atinge São José dos Campos levando à paralisação de 11 mil operários.

Na assembléia dos metalúrgicos de S. Bernardo, estava também o presidente do sindicato metalúrgico de S. José dos Campos. Emocionado, ele se dirigia a seus companheiros do ABC lembrando que, depois de uma hegemonia pelega de 25 anos, os trabalhadores daquela cidade industrial do Vale do Paraíba tomavam o sindicato, com uma diretoria jovem que tinha aprendido "as artes da briga" com o pessoal de S. Bernardo e agora entrava prá valer nesta luta. Não deu outra.

A primeira fábrica a parar em S. José foi a Válvulas Schraeder, logo na segunda-feira, dia 10. Um total de quatro empresas, adiantando-se ao processo, já tinham feito o pagamento do mês com os 75% reclamados pelos operários. Na quinta-feira, uma assembléia do sindicato foi feita em plena rua, com cerca de 500 metalúrgicos, que decidiram paralisar todas as empresas que tivessem condições. Na sexta, a greve da Erickson, iniciada pela ferramentaria, estendeu-se à galvanização e generalizou-se.

A greve pegava no breu. Numa assembléia, domingo, a decisão foi além. Diante das propostas de parar, com piquete a Embraer, a diretoria defendeu uma paralisação por dentro, que final-

mente foi conseguida, no dia 17 de maio. No momento em que escrevamos esta nota, continuavam paralisadas a Erickson e a Embraer, num total de 10.800 empregados. Uma passeata, realizada dentro da Embraer, era o símbolo da unificação de métodos de luta com os metalúrgicos do ABC, numa prática que promete se estender. Uma pequena paralisação foi realizada também na General Motors.

A greve de S. José dos Campos aponta, exemplarmente, o alastramento dos métodos do sindicalismo combativo. E mostra a necessidade e possibilidade de uma intersindical reconstruída em cima das lutas e organismos de base.



Greve nos estaleiros de Niterói

Furando o bloqueio dos patrões

Da sucursal

Mesmo com um terço da categoria desempregada, os trabalhadores dão um basta ao medo e saem vitoriosos em seu movimento, como afirma em entrevista Abdias dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí.

trabalho periódico e contínuo que se faz na base.

Trabalhadores vitoriosos

— E qual o problema que aconteceu com as demissões?

— Abdias - O empresário fica muito constrangido quando após o movimento grevista não vê o trabalhador voltar com a cabeça baixa e como os trabalhadores se sentiram vitoriosos, o estaleiro Mauá, o maior da base, assumiu uma posição de intimidar o trabalhador e, ao mesmo tempo, desceu uma carga sobre o sindicato para dismantlar o sindicalismo dentro da empresa. Numa medida para dismantlar essa organização, o patronato demitiu de imediato a comissão e um grande número de ativistas. Inclusive banindo do estaleiro todo e qualquer sindicalista, até quatro diretores do sindicato que foram afastados da produção.

— Depois daquelas grandes greves nos anos de 79 e 80, o ano de 81 foi mais de acumulação e menos de mobilizações. Como você avalia esse novo momento em que os metalúrgicos de Niterói e São Bernardo retomam suas lutas?

— Abdias - O movimento sindical apresenta-se com uma nova qualidade,

muito embora numa marcha menos acelerada, mas com uma qualidade maior. Os empregadores jamais acreditariam que numa categoria profissional que, com a recessão, com a máquina montada para demitir os trabalhadores, como na nossa área onde estamos com um terço da categoria desempregada, se retomassem as lutas. A nossa greve começou com uma qualidade muito mais avançada do que em 79. Os trabalhadores deflagraram a greve e determinaram o período de retorno com a mesma euforia com que a iniciaram.

A Conclat e a CUT

— Na última reunião da executiva Pró-CUT, realizada aqui no Rio, deliberou-se que nas Enclats vai se levar a proposta de adiar a CONCLAT. Como você vê a realização da CONCLAT?

— Abdias - Antes de se votar a criação da CUT este ano havia uma proposta quase consensual, de não se realizar um congresso no ano seguinte. Mas no decorrer das discussões em Praia Grande, na hora de votar, a proposta de realizar este ano passou. Sendo uma deliberação da classe, eu não sou muito de questionar uma decisão dos trabalhadores.

registrado na Mercedes Benz. A empresa, tentando esfriar a greve de braços cruzados, não colocou na rua os ônibus que costumam trazer os operários à fábrica. Mas estes não ficaram em casa. Pelos mais variados meios de transporte, dirigiram-se à empresa no que eles chamaram de "operação resgate". Forçaram a entrada, tomaram os escritórios e obrigaram a chefia e a gerência a por em funcionamento os serviços (restaurante, atendimento médico da fábrica). Em seguida, fizeram entrar o sindicato e seu aparelho de som, realizando uma assembléia no interior da fábrica.

Retratando o clima reinante, um operário de uma fábrica menor nos dizia: "olha, se a nossa fábrica demitir, paramos de novo. Se houver represálias, nem sei o que podemos fazer, mas pode estar certo que não vamos deixar barato. Podemos até destruir a fábrica, se formos forçados". Perguntamos: "mas isso não colocaria vocês em má situação diante da opinião pública, além de destruir os empregos, como dizem os patrões?". O operário pensa e responde: "O que a opinião pública precisa entender é que estamos cansados de ditadura nas fábricas. E tem mais: somos nós que construímos tudo e portanto podemos destruir, e construir de novo, mas do nosso jeito". Vinicius de Moraes não poderia desejar melhor homenagem póstuma, na palavra deste "operário em construção". Saravá.

Pela lógica é viável se transferir, porque o movimento está hoje quase num momento de um novo impulso e um congresso agora pode não ser bem sucedido e até atrapalhar. Agora por uma questão de ética eu sou favorável a manter a decisão da CONCLAT passada.

— Não seria democrático levar esta proposta para as ENCLATS para este fórum decidir pelo adiamento? E em se realizando a CONCLAT este ano, o companheiro acha que sairia a CUT?

— Abdias - Olha essa é uma proposta ainda a se pensar, sabe. Porque a gente tem de considerar dois aspectos da coisa. A gente precisa de uma liderança que leve à organização, mas a gente não quer uma organização de cúpula. Porém, hoje eu questiono se nós temos essa cabeça que organize o movimento ligada ao tronco e aos pés. Pergunto-me hoje o que seria uma organização de base que comporia a CUT. E hoje nós temos uma carência de organização de bases.

— Neste ano eleitoral, fazer a CONCLAT, ou até a CUT, não provocaria uma mistura de processos?

— Abdias - A influência política vai surgir. O trabalhador tem de perder o medo da política que não é abstrata, é concreta! Mas acho que não devemos ter medo. O trabalhador tem de se capacitar a lutar contra as coisas que atrapalham o movimento sindical.



O Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas/RS, ganhou pela oposição há menos de sete meses, vem se constituindo num polo combativo para o movimento sindical gaúcho. Aqui, Paulo Paim, presidente do Sindicato, Sérgio Matte, vice-presidente e Miguel Rosseto, coordenador da comissão sindical do PT, militante sindical e candidato do PT a deputado estadual falam de suas lutas, experiências e propostas para a CONCLAT e ENCLATs regionais.

Organizando pela base

Por Benjamin Heimberg Filho

Quais foram as conquistas efetivas pelo sindicato e os trabalhadores de Canoas no último dissídio coletivo?

Paim — Como fato político, demonstrou o avanço da categoria. Iniciaram-se as negociações com a classe patronal oferecendo um índice de produtividade zero. A partir daí, deu-se uma ampla mobilização, tendo como eixo a palavra greve. Coisa que há dezito anos não era proposta na cidade. Como a mobilização foi intensa, os patrões recuaram, aceitando integralmente nossas propostas. Conseguimos um índice de produtividade de 6% para a 1ª faixa e de 4,5% para a 2ª faixa; reajuste de 25 e 30% e um piso salarial de 24.800,00 cruzeiros.

Miguel — O fato demonstra o avanço da categoria e a forma democrática como foi conduzida a Campanha Salarial. Realizaram-se reuniões por fábricas, para a elaboração de propostas e a realização de assembléias gerais bastante massivas, onde os trabalhadores avançaram bastante na sua educação.

— Foi possível conquistar nesta mobilização organismos que façam a ligação entre o sindicato e os trabalhadores diretamente na fábrica?

Paim — Delegados e comissões de fábrica efetivados, legais, com estabilidade de emprego, não se conseguiu. Mas, deu para ampliarmos quadros que na prática atuam como tais.

Miguel — o importante a ressaltar é que iniciou-se um trabalho, onde se privilegiou a organização por fábrica, pois, é lá que se dá a exploração, com a formação de núcleos de militantes sindicais.

— A união dos trabalhadores deve ser independente da organização corporativista que existe nos sindicatos brasileiros. Há um fato expressivo do sindicato de Canoas ter assumido a luta de outra categoria — os trabalhadores da construção civil do Pólo Petroquímico — quando suas direções não o fizeram. Falem sobre isso.

Paim — Sendo Canoas a cidade mais próxima do Pólo, começamos a receber verdadeiras caravanas de trabalhadores de lá, pedindo auxílio em todos os sentidos para a sua luta. Chamamos o sindicato correspondente da região, o de Triunfo, e a Federação. As direções dessas entidades, simplesmente viraram suas costas. Quando estouraram as greves tipo selvagem, nós fomos lá, acabamos por assumir o comando da greve e por conseguir bons acordos.

Fomos nós que representamos os peões do Polo no TRT. Conseguiu-se formar uma comissão da fábrica com estabilidade; horas extras com 50%; horas viajadas e redução no preço da alimentação e mais 30 itens.

Se ocorrer o fato de uma categoria ter na direção de sua entidade pelegos, os

sindicalistas mais próximos, mesmos que sejam de outra categoria, devem ir em seu auxílio.

Miguel — Demos um exemplo concreto da possibilidade de romper com o corporativismo e os limites territoriais estabelecendo a unidade real dos oprimidos e explorados. Outra coisa que fica clara é a necessidade de construirmos organismos que garantam a articulação dos sindicatos e a melhor prestação de solidariedade.

— O sindicato de Canoas tem incentivado a organização das entidades sindicais na região preparando o ENCLAT. Como isso tem sido encaminhado?

Paim — Quando começamos a articular no Vale foi em cima da necessidade das

go e Canoas dos pelegos e tendo, apesar de derrotados, uma boa votação em São Leopoldo.

Ao entrar na discussão da ENCLAT se colocou a sua realização como uma tarefa nossa, pois, é fundamental avançarmos na unificação das reivindicações dos trabalhadores.

Acho que a prática tem demonstrado que o Movimento Operário tende a avançar e superar as suas direções retranqueiras. O Movimento não se

A crítica que levamos a ela é também uma autocritica e a ênfase da necessidade de lá levarmos nossa prática de como fazer sindicalismo. É a necessidade de fazermos dela de fato uma entidade que seja nosso instrumento de luta e organização.

Miguel — A intersindical do RS, apesar do esforço e trabalho de alguns sindicalistas, tem se mostrado incapaz de coordenar o movimento sindical gaúcho.

O que importa é termos propostas que reforcem a intersindical enquanto fórum de discussão que faça avançar o sindicalismo combativo e conseqüente.

— Como tem se dado a discussão sobre a CONCLAT e a possibilidade da fundação da CUT este ano?

Paim — Para a gente que está vindo a pouco da fábrica, cerca de seis meses, vemos com muito pesar a falta de informações, de propaganda sobre o evento. Então é necessário realizar cursos, palestras para os trabalhadores, preparando-os para perceberem a importância da CUT e sobre o seu encaminhamento, no caso a CONCLAT. Porém, há muita confusão a respeito. Em discussão com membros da Pró-CUT e das Federações no RS há muita dúvida por parte de uma parcela deles da possibilidade da realização do CONCLAT este ano. Alegam que é um ano eleitoral e de Copa do Mundo. E eu pergunto se os trabalhadores estão preocupados com a Copa e as eleições, a ponto de concordarem em que se passe por cima das decisões da I CONCLAT? É vergonhoso vermos as vacilações que ocorrem hoje na Pró-CUT.

Miguel — A discussão sobre o próximo CONCLAT e também da CUT, tem se acelerado, hoje, através das discussões dos ENCLATs. Uma questão que temos bastante claro é da necessidade da realização dos ENCLATs e da CONCLAT este ano. Fundamentalmente pela necessidade de mantermos um processo de discussão sobre a organização intercategorias, trocando planos de lutas unitárias, fortalecendo a nossa unidade. A existência de setores que hoje, jogam contra este processo e que são responsáveis pela própria debilidade da Pró-CUT, faz com que os setores combativos assumam efetivamente o encaminhamento de uma ampla discussão a esse respeito, acelerem a sua organização, criando condições para que o maior número possível de trabalhadores participem e deliberem, garantindo o avanço do movimento.

A questão da CUT, como nós vemos hoje muito antes de discutirmos se sai ou não sai, é de jogarmos toda força nas articulações intersindicais, no fortalecimento de um trabalho de base, na realização de ENCLATs, representativos e democráticos. É este trabalho que nos irá apontar se é ou não é o momento de criarmos a nossa Central Única.



Paim, Miguel e Matte — os sindicalistas de Canoas.

entidades sindicais trabalharem em conjunto. Trabalhador tem que agir unido, independente de sua categoria, em todos os sentidos. A partir daí começamos a reunir os oito sindicatos da cidade. Isso logo se alastrou para as cidades próximas, criando o que chamamos de Articulação do Vale. O 1º de Maio nos deu espaço para lançarmos a discussão sobre a efetivação do ENCLAT do estado, pois, até agora ninguém havia se manifestado sobre a realização do mesmo. A Pró-CUT, a Intersindical e as Federações até agora têm se omitido em parte.

Matte — Apesar de ser um trabalho um pouco artesanal, devido a nossa pouca experiência, não deixa de ser, essa unidade que estamos conquistando no Vale, um fenômeno a ser considerado no resto do país, onde se verifica um certo esfacelamento da articulação dos sindicatos.

Miguel — A importância que a Articulação do Vale assume, se deve em primeiro lugar ao peso econômico da região e ao alto grau de exploração a que são submetidos os trabalhadores. Em segundo ao surgimento de inúmeros novos metalúrgicos que de 79 para cá têm tomado a iniciativa de se organizarem, tomando os sindicatos de Novo Hambur-

constrói em função de suas direções, mas de seus próprios interesses.

Quem está em crise não é o Movimento Operário, mas as direções pelegas e traidoras, assustadas que estão com o potencial de luta demonstrado pelos operários. A burocracia sindical tem noticiado que o movimento sindical no ABC Paulista estava em refluxo e isto era sintoma do geral. Enganaram-se estes senhores, pois, estourou a greve de 60 mil operários.

— Qual o comportamento da intersindical no RS em relação ao trabalho sindical no Estado?

Paim — Preocupa-nos muito a condução que a intersindical tem dado ao seu trabalho. Companheiros que dela participam, alegam que o retrocesso nas formas de luta deve-se ao ano eleitoral. Nós não concordamos com isso.

Matte — A intersindical, no nosso entendimento, é a entidade que deve direcionar o movimento operário e dos trabalhadores em geral no Estado. A fraqueza que nela observamos, deve-se à qualidade de suas direções e não por ser uma proposta de articulação de entidades sindicais ainda não prevista na Lei.

Federação Gaúcha de Mulheres

Machismo sem máscaras

Nove horas da manhã. Esperando os ônibus, distribuindo os crachás, orando a Deus, cantando o Hino. Eis a fórmula do HP para criar uma federação de mulheres.

Denise Dora

Nove horas da manhã. Início do "congresso". Esperando os ônibus com as mulheres e as crianças, estavam os militantes do **Hora do Povo** já preparados para formar uma fila, puxar pelo cabresto as pessoas, dos ônibus até a entrada da Assembléia Legislativa, fazer a "chamada" e dar um cartão amarelo que seria o crachá dos delegados. As pessoas não sabiam ao certo o que estavam fazendo ali e as notas distribuídas pelo PT e pelo PMDB foram "proibidas" de serem lidas pelas mulheres. E assim, em meio a enormes bandeiras do HP, quantidades de faixas defendendo "o direito de nascer", a "revisão da Lei de Segurança Nacional", que criavam um ar efusivo digno de "grandes acontecimentos", as delegadas eram levadas para seus lugares e guarda-costas do HP barravam a passagem de outras pessoas e o contato com as delegadas.

Entrada no palco

Às dez e meia da manhã começou o show. Com uma animadora que não conseguiu sequer ter noção de ridículo (obviamente uma candidata do HP) o clima de euforia começou a ser construído. Exaltando as delegações do interior do estado com vivas e inflamados discursos, mantido sobre as entidades presentes, fazendo apologias sobre a maravilha que é ser mulher e ali estar, os personagens do **Hora do Povo** foram entrando em cena.

O show aumentava de qualidade a cada instante. Começaram os cerca de vinte discursos das participantes da mesa, todos entremeados de orações a Deus, defesas de que "num Brasil melhor as mulheres não precisarão trabalhar fora, poderão ficar em casa cumprindo seu digno papel de mães e esposas".

As raras pessoas presentes que não foram mobilizadas enquanto "mães" para ir ao Congresso, estavam abismadas: as militantes do PT, os jornalistas, os próprios fotógrafos contratados pelos organizadores para cobrir o evento não sabiam como reagir perante a grosseria manipulação que estava sendo posta em prática.

É conhecida a prática do HP de fazer passar propostas por aclamação, manobras ou omissão, mas, desta vez, os estatutos foram aprovados em meio a cantorias e orações.

Cantorias

Em total contradição com o seu discurso, de



Aclamações, cânticos e orações deram o tom no congresso

que "as mulheres estão aqui fazendo política", o que se via era o absoluto controle dos gestos e da emoção das mulheres ali presentes que foi planejada, ensaiada (certamente) e encenada pelo **Hora do Povo**.

No último crescente de histeria, à tarde, houve uma "tribuna livre" onde mulheres choraram e fizeram raivosas preleções, inclusive com representantes das mais reacionárias das igrejas, defendendo que "o povo deve esperar de Deus o que não tem", "tem que aprender a se ajoelhar", no mais perfeito estilo de uma outra seita, a TFP.

Escolha do elenco

O desfecho foi a eleição da diretoria. Este clima final foi brilhantemente encaminhado pelos astros do HP (participação especial: Marcia Campos, como presidente da Federação Paulista das Mulheres). Criou-se no público um clima de expectativa. A chapa para compor a Diretoria foi sendo apresentada e paulatinamente encaminhando-se para a apoteose final: a indicação de Edi Girardi para Presidente. Chegado o momento, antes da apresentadora pronunciar o seu nome, o plenário já chamava em uníssono, esperando a sua aparição que foi **perfeita**: abriu-se um vão entre as pessoas no palco e, lá estava, Edi Girardi, com um buquê de flores amarelas, chorando... Ela pegou o microfone e, num misto de informações sobre o preço do café, a dívida externa e a luta das mulheres, fez seu discurso de posse. Ai vem o apocalíptico final: em meio às suas palavras, começa crescendo uma melodia que gradativamente ocupa todo o espaço da Assembléia e, a cada compasso, vai penetrando os ouvidos, o coração, as cabeças: o grandioso Hino Nacional cantado histericamente por todas as pessoas de mãos dadas.

O HP e o movimento de mulheres

Para concretizar seu objetivo de fundar a "federação" agora, para que a "Confederação das Mulheres Brasileiras" possa sair antes das eleições de novembro, o **Hora do Povo** não teve dúvidas em rachar com a Comissão pró-Federação, criada no "1º Congresso" em agosto de 81. Isto porque as demais correntes políticas integrantes da Comissão — PDT, **Tribuna e Voz da Unidade** — deliberaram só fundar a federação depois das eleições de novembro.

Assim, o HP, mascarando-se atrás de entidades fantasmas e em alianças com diretorias sindicais pelegas, protagonizou isolado a fundação da "federação". Definiu um Estatuto que impõe penalidades para suas filiadas e um plano de lutas que não é mais que uma síntese do programa do HP par a conjuntura e que coloca as questões específicas da mulher como secundárias.

Essa política privilegia mobilizar mulheres que possuem pouca inserção, ou quase nenhuma, no mercado de trabalho. A grande maioria são donas-de-casa despolitizadas e que se tornam bastante vulneráveis ao tipo de apelo característico do HP: a defesa reacionária da maternidade, da família e do casamento.

Como responder a essa política

No "1º Congresso da Mulher Gaúcha" a intervenção que os grupos feministas e o PT tiveram, denunciando seu caráter manipulador e partidário reivindicando o direito à

palavra, protestando contra as manobras, conseguiu barrar a criação da "federação" naquele momento. Mas hoje isso não basta.

Começa a se gestar a formação de um outro campo no movimento, de defesa da especificidade, da autonomia de sua organização, de métodos democráticos de construção do movimento. Aqui no Rio Grande do Sul, essa política começa a se expressar em trabalhos como o dos grupos Liberta e Ana Terra, na universidades, de Germinal, de Sta. Maria, do grupo de sexualidade e contracepção, recém surgido, e nas discussões travadas internamente na Comissão de Mulheres do PT. No entanto, a maioria deles anda são trabalhos incipientes e isolados entre si.

As correntes que restaram na comissão pró-federação têm a preocupação de realizar um trabalho concreto, como o movimento por creches e que tende a puxar discussões sobre a questão em categorias importantes. Porém não devemos nos iludir de que a comissão pró-federação tenha revisado a dinâmica imposta ao "1º Congresso". O que ocorre, na verdade, é que com o racha do HP as correntes acabaram ficando "com as calças na mão". A polarização cada vez maior de projetos diferenciados de construção do movimento de mulheres, com o HP num lado, e o PT e os grupos de outro, tende a obrigar essas correntes a se redefinirem. (Sonia Maluf e Cristina Marques).

Protestos

Os setores discordantes dessa política manifestaram-se publicamente: os grupos feministas Liberta, Ana Terra, Germinal, Grupo Mulher Sexualidade e Contracepção, o SOS-Mulher, lançaram uma nota na imprensa o PT distribuiu uma nota na entrada do "congresso", defendendo: "a autonomia dos movimentos sociais, contra a manipulação do movimento de mulheres, contra a fundação da federação". O CPERGS (Centro dos Professores) também repudiou o "congresso". A executiva do PMDB, por sua vez, se posicionou no sentido de acatar a deliberação da comissão pró-federação de não fundar a "federação" antes de 15 de novembro, mas, ao mesmo tempo, respeitar quem tem posições contrárias.

Movimento de Transportes/Contagem

"Queremos fiscalizar a Metrobel"

Lourival Araujo Andrade, um dos coordenadores do "Movimento de melhorias do transporte coletivo da região metropolitana" de Belo Horizonte e Contagem, conta-nos os planos da luta por um transporte mais digno. Como nasceu o "movimento de transporte" em Belo Horizonte e Contagem?

Lourival — Ele nasceu da necessidade. Em maio de 1981, as associações de bairros e grupos comunitários da Região Industrial de BH resolveram unificar a luta por melhorias no sistema de transporte; aprendemos que as precariedades e falta de planejamento do transporte coletivo tinham uma única origem: o descompromisso do Estado e a transferência desta obrigação para o interesse privado, o lucro. A participação já chegou a mais de 50 bairros. Normalmente cerca de 20 associações reúnem-se quase semanalmente

para definir os rumos do movimento.

E quais foram as vitórias que o movimento já conseguiu?

Lourival — O movimento de transportes cresceu à partir de lutas e de vitórias. A primeira vitória foi a implantação da passagem intermediária na região do Barreiro. Os moradores eram obrigados a pagar o preço total do percurso, enquanto andavam apenas a metade. Outra grande vitória foi na época do quebra-quebra da Bahia, quando foi anunciado pelo Sindicato dos Empregados que o aumento aqui em Minas seria o mesmo de lá: 61%. O movimento conseguiu, através da mobilização, barrar este aumento. Esta luta contou com a participação de Sindicatos, entidades estudantis, do Movimento Contra a Carestia etc. Hoje nosso movimento é respeitado; nossa reivindicação de linhas de bairro a bairro foi incorporada a

um projeto da Metrobel (que controla o transporte coletivo em BH). Mas o projeto da Metrobel é contraditório, tem alguns problemas.

Quais são as lutas que o movimento está travando hoje?



Lourival em uma assembléia do movimento de transportes.

Lourival — Estamos lutando para que a Metrobel reconheça a fiscalização dos serviços de transporte que será feita pelas associações comunitárias. É importante que se diga que queremos fiscalizar a Metrobel e não ser fiscais da Metrobel. Esta é uma reivindicação bem política, pois

estaremos fiscalizando o Estado no cumprimento de uma de suas obrigações. Mas nosso movimento avançou muito. A partir de uma campanha lançada através de abaixo-assinados, na região industrial, conseguimos elaborar um anteprojeto abarcando toda a questão de transportes. Nele também levantamos nossas principais reivindicações: o passe gratuito para desempregados e aposentados; meia passagem para estudantes e trabalhadores que ganhem até três salários mínimos; congelamento do preço da passagem até que o gasto de transporte do trabalhador fique por volta de 1% de seu salário.

Pretendemos entregar este anteprojeto aos vereadores, na Assembléia Legislativa, ao Governo e à Metrobel. Não cremos que a vitória será conseguida através de novas leis, mas através da pressão popular. (Da Sucursal).

UNE

Diretoria despreza o apelo de 300 entidades

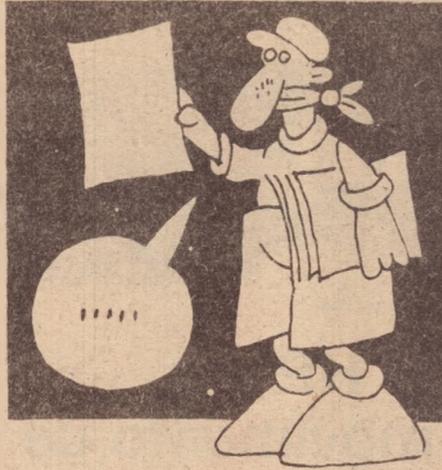
Valendo-se de argumentos esfarrapados, acusações levianas e de expedientes escusos, a diretoria da UNE se negou a convocar o Conselho de Base.

por Alvaro Frota.

Nos dias 10, 11 e 12 de maio, a diretoria da UNE se reuniu pela quarta vez após sua posse. Numa sistemática de trabalho onde a tônica foram os discursos grandiloquentes e a falta de objetividade, foi discutida a petição, a ela dirigida, exigindo a convocação de um CONEB (instância da UNE que reúne as diretorias de todas as entidades de base, CAs e DAs, do Brasil) para os dias 29 e 30 de maio (ver ET n.º 148 e 149).

O fantasma do "divisionismo"

Nenhum argumento político sério foi levantado contra essa proposta. Acusaram uma petição dirigida a eles próprios coisa que qualquer estudante tem o direito de fazer — de "divisionista". Não a petição em si (isso já seria cara de pau demais) mas "as intenções ocultas" que haviam por detrás dela. Disseram haver uma "minoridade divisionista" que havia tentado enganar inúmeras entidades "ingênuas" apresentando falsos argumentos na hora de pedir a assinatura à petição. Disseram que "mais de cem" entidades estariam retirando suas assinaturas ao descobrirem ter sido enganadas, mostrando como prova disso... cerca de dez telegramas. Disseram que havia assinaturas falsificadas e que daquela hora em



diante fariam um rolo compressor contra os "divisionistas".

Enfim, tergiversaram de todas as maneiras, sempre usando o fantasma do "divisionismo". Sobre a questão fundamental, que é reerguer a UNE, transformá-la em um instrumento de luta dos estudantes brasileiros, dotá-la de um plano de ação contra as medidas do MEC visando implantar o ensino pago nas poucas escolas públicas que ainda existem, nada foi dito. Afinal, segundo esses senhores, nunca o movimento estudantil esteve tão "vitorioso" como agora.

No início do recolhimento das assinaturas da petição, um diretor da UNE afirmou que havia cerca de novecentas entidades de base a ela filiadas. Segundo os estatutos, um terço desse número — cerca de trezentas entidades — garantiriam a convocação automática do CONEB. Na reunião, perante mais de trezentas assinaturas, o número de entidades inscritas subiu misteriosamente para 1.500... sem que nenhuma lista comprovando isso fosse apresentada... Considerando que os dois CONEBs já realizados desde a reconstrução da UNE tinham respectivamente seiscentas e quatrocentas entidades de base, podemos ver o que significa desconsiderar dessa maneira mais de trezentas assinaturas: um total desprezo pela democracia do movimento.

Um recuo

Apesar de tudo, podemos dizer que houve um recuo da direção da UNE. Isso porque foi marcado um CONEB (instância que reúne todas as diretorias das entidades gerais, DCEs e UEEs, do Brasil) para os dias 29 e 30 de maio, em Florianópolis, sendo o CONEB marcado para 16, 17 e 18 de julho em Salvador. Já é alguma coisa, principalmente se levarmos em conta a proposta de um setor da diretoria — os fãs do **Hora do Povo** — que não era

hora de marcar nada, inclusive adiando o Congresso para abril de 1983.

No próximo dia 22 de maio haverá em São Paulo uma reunião das principais entidades que articularam essa petição no sentido de fazer um balanço da situação e propor medidas concretas para sua continuidade. Uma coisa é clara: ou se constroem uma direção à altura da UNE ou os estudantes, apesar de sua combatividade, mais uma vez serão derrotados pelo MEC.

Solidariedade

Nós, do *Em Tempo*, nunca escondemos — pelo contrário, sempre fizemos questão de deixar bem claras — as divergências que temos com a atual diretoria da UNE e, em consequência, com seu presidente, Javier Alfaia. Mas sempre consideramos que essas divergências devem ser resolvidas pela discussão e luta política *no seio dos estudantes*.

Assim, quando a ditadura ameaça expulsar Javier do país, baseada na reacionária lei dos estrangeiros, nós consideramos esse ato um ataque voltado não só a diretoria mas UNE a todos os estudantes brasileiros. Desse modo, prestamos irrestrita solidariedade ao companheiro Javier que, mesmo tendo nascido na Espanha, sempre esteve ao lado das lutas dos trabalhadores e da juventude brasileira. Aliás, esse é o único "crime" que a ditadura tenta lhe imputar.

UEE/RS

I Seminário de Educação

Nos próximos dias 21, 22 e 23 de maio será realizado o I Seminário Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. *Em Tempo* foi entrevistar Paulo Cezar da Rosa, secretário de ensino da UEE-RS e principal responsável por sua organização.

— Como está se organizando e qual o objetivo do seminário?

— Paulo - O seminário não está sendo organizado apenas pela UEE. As associações de Docentes, os DCEs do Estado tem se envolvido efetivamente na organização. O CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) tem apoiado e contribuído bastante nos 1.º e 2.º graus. Nós, desde o início, procuramos essas entidades porque julgamos fundamental a aproximação com os professores e o rompimento do isolamento que vive o movimento estudantil. A ampliação das discussões em torno dos problemas educacionais do país é o nosso primeiro objetivo. Estamos procurando colocá-la junto dos sindicatos também, tanto que a Pró-CLUT está convidada, os trabalhadores estão convidados para os debates. Num certo sentido, a escola e a universidade são um elo mais fraco. Os estudantes e professores foram quem mais avançaram na sua organização. Mas nenhum problema

será resolvido sem que a gente se some a maioria, e a maioria são os trabalhadores. Nós pretendemos ainda que o seminário tire conclusões, que avance na formulação de uma compreensão comum sobre como enfrentar a situação atual, o que é necessário fazer e como fazer. No meu entender é preciso que todos setores envolvidos com a educação assumam a luta cotidiana por uma nova universidade, gratuita, autônoma e democrática, voltada aos interesses dos trabalhadores.

— O que tem a ver o Seminário com a situação que vive o movimento estudantil?

— O movimento estudantil nos últimos anos só o que tem feito é procurar dar respostas às iniciativas do governo. Tanto que a diretoria da UNE só fala em defender a universidade diante das investidas do MEC. Nós precisamos inverter essa situação. A universidade, o ensino que está aí não nos serve, não serve aos trabalhadores. A situação concreta de vida da imensa maioria dos estudantes é um desmentido real do papo que a escola é um meio de subir na vida e se auto-realizar. A burguesia já demonstrou nesse país que não tem nada a oferecer à juventude a não ser uma

cultura mediocre e alienante, valores morais hipócritas, repressão sexual, machismo, destruição do meio ambiente, arrocho e desemprego. O seminário é para criar as bases para essa inversão, politizar o movimento que vem tratando a questão de verbas e anuidades como se fosse um problema de índices e não um problema político.

— Para a UEE-RS, qual a importância do seminário?

— Acho que a importância maior está no que já falei. Mas há outros aspectos. Nós assumimos a UEE muito debilitada. Em dois meses tínhamos feito mais que a gestão anterior num ano inteiro. É ponto de nosso programa a retomada da sede da UEE, que está nas mãos do DEE-RS (veja box). A realização do Seminário de Educação neste momento junto com as Associações de Docentes, com a regional sul da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), com o CPERS, e com os DCEs, é um ponto de apoio importante para o passo seguinte que é a retomada da sede e a organização da luta pelo congelamento das anuidades que já começa agora dias 12 e 13 de junho com um encontro estadual de escolas pagas.

Quem divide os estudantes?

Sobre o famigerado "divisionismo", perguntamos: será que divide o movimento pedir que a diretoria da UNE convoque um CONEB? Será que divide o movimento estar descontente com essa diretoria e procurar articular, dentro das instâncias da UNE, todos aqueles que também estão? Achamos que não. Dividir o movimento, isto sim, é a diretoria da UNE participar dum encontro patrocinado pelo DEE (Diretório Estadual dos Estudantes) gaúcho, entidade fantasma, criada pela lei Suplicy da ditadura.

Participando desse encontro, sem sequer consultar a UEE-RS, a diretoria da UNE foi contra a decisão do Congresso de Piracicaba que considerou a UEE-RS como a única representante dos estudantes gaúchos, sendo por esta atitude veementemente criticada pelo Conselho Estadual de Entidades da UEE-RS. Os policiais da diretoria do DEE, os mesmos que fizeram um enterro da UNE no centro de Salvador durante o Congresso de Reconstrução, recebem agora, com este ato da diretoria da UNE, um aval a uma representatividade que não têm, ficando reforçados em sua política de dividir os estudantes gaúchos.

DCE Rio Grande do Norte

Vitória de Reconstrução

No final de abril houve eleições para o DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. De um total de doze mil alunos, cerca de 7.600 participaram dessa eleição em que **Reconstrução**, constituída majoritariamente por militantes e simpatizantes do PT venceu, com cerca de 60% dos votos a duas outras chapas, ambas ligadas à política da diretoria da UNE.

A proposta da chapa se prende à constatação de que sem uma mudança nos métodos e concepções de atuação no movimento não se conseguirá garantir a defesa do ensino público e gratuito para todos. Desta forma, propõe abrir dis-

cussões sobre os temas da juventude como sexualidade, uso de drogas assim como encampar as bandeiras dos movimentos que questionam a moral e os valores estabelecidos (negros, mulheres, homossexuais).

De agora em diante, vem o trabalho. Criar os Conselhos de Turma e efetivar os Congressos de Estudantes da UFRN, assim como, através das diversas diretorias (esportes, imprensa, cultural, social, etc) realizar debates e seminários para pouco a pouco acabar com a oposição que alguns "iluminados" tentam fazer entre política e modo de vida das pessoas.



A posse da nova diretoria da UEE MG. Na foto, a posse da chapa Travessia, que continua a luta de *Nosso Tempo* à frente da UEE MG na construção de uma alternativa de direção para o movimento estudantil mineiro.

Estudantes

constroem o PT

Visando construir o PT enquanto partido que intervenha no dia a dia dos estudantes, com propostas para suas lutas e aspirações, serão realizados em Belo Horizonte, nos dias 29 e 30 de junho e em Porto Alegre, no dia 6 de junho, encontros de estudantes petistas do estado de Minas Gerais e da cidade de Porto Alegre.

As iniciativas são, respectivamente, da Executiva Estadual de Minas e da Coordenação Interzonal de Porto Alegre.